

CELULOSE IRANI S.A.

ÍNDICES DE NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES
7. ESTOQUES
8. IMPOSTOS A RECUPERAR
9. BANCOS CONTA VINCULADA
10. OUTROS ATIVOS
11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS
12. INVESTIMENTOS
13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL
14. ATIVO BIOLÓGICO
15. CAPTAÇÕES
16. DEBÊNTURES
17. FORNECEDORES
18. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS
19. PARTES RELACIONADAS
20. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
22. LUCRO POR AÇÃO
23. PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AQUISIÇÃO DE AÇÕES
24. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS
25. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA
26. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS
27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS
29. SEGUROS
30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
31. SEGMENTOS OPERACIONAIS
32. OPERAÇÃO DESCONTINUADA
33. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO OPERACIONAL (CONTROLADORA)
34. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL
35. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA
36. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS
37. EVENTOS SUBSEQUENTES

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2013.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Celulose Irani S.A. (“Companhia”) é uma companhia aberta domiciliada no Brasil, listada na Bolsa de Valores de São Paulo (“BOVESPA”) e com sede na Rua General João Manoel, nº157, 9º andar, município de Porto Alegre (RS). A Companhia e suas controladas têm como atividades preponderantes aquelas relacionadas à indústria de embalagem de papelão ondulado, papel para embalagens, industrialização de produtos resinosos e seus derivados. Atua no segmento de florestamento e reflorestamento e utiliza como base de toda sua produção a cadeia produtiva das florestas plantadas e a reciclagem de papel.

As controladas diretas estão relacionadas na nota explicativa nº4.

Sua controladora direta é a Irani Participações S.A., sociedade anônima brasileira de capital fechado. Sua controladora final é a empresa D.P Representações e Participações Ltda, ambas as empresas do Grupo Habitasul.

A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2014.

Através da Assembleia Geral Extraordinária de 16 de outubro de 2013, os acionistas da Companhia deliberaram por aumentar o capital social para R\$ 116.895, com a emissão de 4.630.235 novas ações ordinárias que foram totalmente subscritas pela acionista Irani Participações S.A., e integralizadas com ações da sociedade Wave Participações S.A., no montante de R\$ 12.919.

A Wave Participações S.A. era detentora de 100% (cem por cento) das ações da Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A., tradicional empresa do setor de papelão ondulado brasileiro, com sede em São Paulo – SP.

Em 29 de novembro de 2013, através de Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a incorporação da Wave Participações S.A (incorporada) pela Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A. (incorporadora), as ações da incorporada foram canceladas e emitidas 19.807.213 nova ações na incorporadora, todas nominativas, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, sendo 18.928.792 ordinárias e 881.421 preferenciais em favor da única acionista da incorporada a Companhia Celulose Irani S.A.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, e práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, plenamente convergentes ao IFRS, e normas estabelecidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais divergem das práticas do IFRS apresentadas nas demonstrações financeiras separadas quanto à avaliação de investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, onde seriam registrados a custo ou valor justo, em conformidade com o IFRS.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas controladores, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto os ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos, e ativos imobilizados mensurados ao custo atribuído na data de 01 de janeiro de 2009, data da adoção inicial dos novos pronunciamentos técnicos ICPC10/CPC 27, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas:

- a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 31 de dezembro de 2013.

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.

Norma	Principais exigências e entrada em vigor	Impactos nas demonstrações da Companhia
Alterações ao IAS 1 “Apresentação das Demonstrações Financeiras”	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas, entrada em vigor em 1º de janeiro de 2013	Sem impactos relevantes.
Alterações ao IAS 19 “Benefícios aos Empregados”	Eliminação do enfoque do corredor (“corridor approach”), sendo os ganhos ou perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e ao resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações, entrada em vigor em 1º de janeiro de 2013.	Sem impactos relevantes.
IAS 28 (Revisado 2011) “Investimentos em Coligadas Entidades com Controle Compartilhado”	Revisão do IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelos IFRS’s 10, 11 e 12, entrada em vigor em 1º de janeiro de 2013.	Sem impactos relevantes.
IFRS 7 “Instrumentos Financeiros: Evidenciação”	Essa alteração inclui novos requisitos de divulgação sobre a compensação de ativos e passivos.	Sem impactos relevantes.
IFRS 10 “Demonstrações Financeiras Consolidadas”	Substituiu o IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas e a SIC 12. O IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação baseado em controle, independentemente da natureza do investimento, entrada em vigor em 1º de janeiro de 2013.	Sem impactos relevantes.
IFRS 11 “Contratos Compartilhados”	Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de “ativos com controle compartilhado”, mantendo apenas “operações com controle compartilhado” e “entidades com controle compartilhado”, entrada em vigor em 1º de janeiro de 2013.	Sem impactos relevantes.
IFRS 12 “Divulgações de Participações em Outras Entidades”	Expande os requerimentos de divulgação das entidades que são ou não consolidadas na quais as entidades possuem influência, entrada em vigor em 1º de janeiro de 2013.	Sem impactos relevantes.
IFRS 13 “Mensurações ao Valor Justo”	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRS’s em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo, orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento ou alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais, entrada em vigor em 1º de janeiro de 2013.	Sem impactos relevantes.

b) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

Existem normas e alterações que foram publicadas a partir de 1º de janeiro de 2013, todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de práticas por parte da Companhia. A Companhia não espera que essas novas normas e alterações e interpretações produzam efeitos significativos em suas demonstrações financeiras consolidadas:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros(conforme alterada em 2010) - A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo relativa ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em “Outros resultados abrangentes” e não no resultado do período. A orientação incluída no IAS 39 sobre *impairment* dos ativos financeiros e contabilização de hedge continua a ser aplicada. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando todos os impactos da norma e não se espera que haja impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

IFRIC 21 – Taxas do Governo – Trata da contabilização de taxas impostas pelo Governo, consistindo numa interpretação da IAS 37- Provisões, passivos e ativos contingentes. No cenário atual a Companhia não está sujeita a taxas significativas e desta forma o impacto do IFRIC 21 não é relevante.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como *hedge accounting* de fluxo de caixa e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de *hedge* de fluxo de caixa.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

c) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de variação cambial quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas segundo avaliação individualizada das contas a receber e considerando as perdas históricas, cujo montante é considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

d) Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado, o qual ocorre e incorre em perdas para *impairment* somente se há evidências objetivas de que um ou mais eventos tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, e que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) uma quebra de contrato, como inadimplência no pagamento dos juros ou principal;
- iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- v) mudanças adversas nas condições e/ou economia que indiquem redução nos fluxos de caixa futuros estimados das carteiras dos ativos financeiros.

Havendo evidências de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado, a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros é estimada e a perda por *impairment* reconhecida na demonstração de resultado.

e) Estoques

São demonstrados ao menor valor entre o custo médio de produção ou de aquisição, e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e gastos necessários para realizar a venda.

f) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados nas demonstrações financeiras individuais pelo método de equivalência patrimonial.

Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da controlada.

Transações, saldos e ganhos não realizados nas operações entre partes relacionadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

g) Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumuladas e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Os ativos intangíveis da Companhia são formados por carteira de Clientes, Marca, *Goodwill* e licenças de *softwares*, que são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

h) Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia são representados principalmente por florestas de pinus que são utilizados para produção de papéis para embalagem, caixas e chapas de papelão ondulado e ainda para comercialização para terceiros e extração de goma resina. As florestas de pinus estão localizadas próximas à fábrica de celulose e papel em Santa Catarina, e também no Rio Grande do Sul, onde são utilizadas para produção de goma resina e para comercialização de toras.

Os ativos biológicos são avaliados a valor justo sendo deduzidas as despesas de venda periodicamente, sendo a variação de cada período reconhecida no resultado como variação de valor justo dos ativos biológicos. A avaliação do valor justo dos ativos biológicos se baseia em algumas premissas conforme nota explicativa nº14.

i) Avaliação do valor recuperável de ativos (“*Impairment*”)

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo de ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro. Essas revisões não indicam a necessidade de reconhecer perdas por redução ao valor recuperável.

j) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e contribuição social correntes são provisionados com base no lucro tributável determinado de acordo com a legislação tributária em vigor, que é diferente do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para cada empresa com base nas alíquotas vigentes no fim do período. A Companhia adota a taxa vigente de 34% para apuração de seus impostos, entretanto as controladas Habitasul Florestal S.A. e Iraflor – Comércio de Madeiras Ltda. adotam taxa presumida de 3,08% e a Irani Trading S.A., adota a taxa presumida de 10,88%.

Sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias

dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos para as controladas com regime tributário de lucro presumido, quanto ao valor justo dos ativos biológicos e o custo atribuído dos ativos imobilizados.

k) Captações e debêntures

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

l) Hedge de fluxo de caixa (*Hedge Accounting*)

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os instrumentos de *hedge* usados nas operações são altamente eficazes na compensação das variações nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

As movimentações nos valores de *hedge* classificados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido estão demonstradas na nota explicativa nº 21.

A parcela efetiva das variações no valor dos instrumentos de *hedge* designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer venda prevista que é protegida por *hedge*). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva dos instrumentos de *hedge* que protege as operações altamente prováveis é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Quando um instrumento de *hedge* vence ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido no resultado quando a operação for reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda

acumulada que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado do exercício.

m) Arrendamento mercantil

Como arrendatário

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional e registrados no resultado do exercício. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas definidas na nota explicativa nº 13.

Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

n) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até a data do balanço, observada a natureza de cada risco e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

o) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos exercícios.

A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a: seleção de vida útil dos bens do imobilizado (nota explicativa nº 13), a realização dos créditos tributários diferidos (nota explicativa nº 11), provisões para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 6), avaliação do valor justo dos ativos biológicos (nota explicativa nº 14), provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 20), além de redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes dos reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS concedido pelo Governo Estadual de Santa Catarina e também do Estado de Minas Gerais. O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora o incentivo fiscal detido não esteja em julgamento pelo STF, a Companhia vem acompanhando, por seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras.

No dia 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A Companhia avaliou os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa norma e, mesmo considerando às incertezas sobre a MP, tem a intenção de adota-la antecipadamente, desde que mantidas as regras atuais.

p) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e inclui rendimentos, encargos e variações cambiais às taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e de longo prazo, bem como, quando aplicável, inclui os efeitos de ajustes de ativos para o valor de realização.

q) Reconhecimento das receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao cliente e outras deduções similares. Na receita total consolidada são eliminadas as receitas entre a Controladora e as Controladas.

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

r) Subvenções governamentais

Os diferimentos de recolhimento de impostos, concedidos direta ou indiretamente pelo Governo, exigidos com taxas de juros abaixo do mercado, são tratados como uma subvenção governamental, mensurada pela diferença entre os valores obtidos e o valor justo calculado com base em taxas de juros de mercado. Essa diferença é registrada em contrapartida da receita de vendas no resultado e será apropriada com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do exercício.

s) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado, individual e consolidado, como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os exercícios apresentados.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras.

4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Celulose Irani S.A. e suas controladas conforme segue:

Participação no capital social - (%)		
Empresas controladas - participação direta	31.12.13	31.12.12
Habitasul Florestal S.A.	100,00	100,00
Irani Trading S.A.	100,00	100,00
HGE - Geração de Energia Sustentável LTDA	99,98	99,98
Iraflor - Comércio de Madeiras LTDA	99,99	99,99
Ind. Papel e Papelão São Roberto S.A.	100,00	-
Irani Geração de Energia Sustentável LTDA	99,00	-

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data base da controladora.

As operações de cada uma das controladas estão descritas na nota explicativa nº 12.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa são representados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Fundo fixo	20	18	31	21
Bancos	3.199	1.245	3.602	1.373
Depósitos bancários de curto prazo	119.081	93.788	131.372	95.528
	<u>122.300</u>	<u>95.051</u>	<u>135.005</u>	<u>96.922</u>

Os depósitos bancários de curto prazo são remunerados com renda fixa – CDB, à taxa média de 99,32% do CDI.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Contas a receber de:				
Clientes - mercado interno	125.700	91.600	134.720	95.252
Clientes - mercado externo	9.200	8.417	9.229	8.447
	<u>134.900</u>	<u>100.017</u>	<u>143.949</u>	<u>103.699</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.933)	(6.232)	(13.979)	(6.918)
	<u>127.967</u>	<u>93.785</u>	<u>129.970</u>	<u>96.781</u>

Em 31 de dezembro de 2013, no consolidado de contas a receber de clientes encontram-se vencidos e não provisionados um montante de R\$ 11.584, referente a clientes independentes que não apresentam históricos de inadimplência.

A análise de vencimento das contas a receber de clientes está representada na tabela abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
À vencer	115.773	84.302	118.386	86.729
Vencidos até 30 dias	9.486	6.237	8.029	6.811
Vencidos de 31 a 60 dias	1.186	1.899	1.714	1.900
Vencidos de 61 a 90 dias	321	240	385	241
Vencidos de 91 a 180 dias	419	89	639	95
Vencidos há mais de 180 dias	7.715	7.250	14.796	7.923
	<u>134.900</u>	<u>100.017</u>	<u>143.949</u>	<u>103.699</u>

O prazo médio de crédito na venda de produtos é de 48 dias. A Companhia constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa para as contas a receber vencidas há mais de 180 dias com base em análise da situação financeira de cada devedor e ainda baseada em experiências passadas de inadimplência. Também são constituídas provisões para crédito de liquidação duvidosa para contas a receber vencidas há menos de 180 dias, nos casos em que os valores são considerados irrecuperáveis, considerando-se a situação financeira de cada devedor.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Saldo no início do período	(6.232)	(5.835)	(6.918)	(6.544)
Aporte controlada	-	-	(6.300)	-
Provisões para perdas reconhecidas	(701)	(397)	(761)	(397)
Valores recuperados no período	-	-	-	23
Saldo no final do período	<u>(6.933)</u>	<u>(6.232)</u>	<u>(13.979)</u>	<u>(6.918)</u>

Parte dos recebíveis no valor de R\$ 90.572 está cedida como garantia de algumas operações financeiras, dentre elas cessão fiduciária de 25% do valor do saldo devedor principal das debêntures (nota explicativa nº 16).

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou comprometidos em 31 de dezembro de 2013 é avaliada com base nas informações históricas sobre os índices de inadimplência da Companhia conforme abaixo:

Qualidade contas a receber

Classe de cliente	% Histórico	Consolidado
		Valor a receber
a) Clientes sem histórico de atraso	94,0	111.283
b) Clientes com histórico de atraso de até 7 dias	5,68	6.724
c) Clientes com histórico de atraso superior a 7 dias	0,32	379
		<u>118.386</u>

a) Clientes pontuais que não apresentam qualquer histórico de atraso.

b) Clientes impontuais que apresentam histórico de atraso de até 7 dias, sem histórico de inadimplência.

c) Clientes impontuais que apresentam histórico de atraso superior a 7 dias, sem histórico de inadimplência.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Produtos acabados	6.142	4.334	7.118	4.334
Materiais de produção	27.830	19.931	33.037	19.931
Materiais de consumo	16.620	13.040	19.795	13.086
Outros estoques	439	759	888	759
	<u>51.031</u>	<u>38.064</u>	<u>60.838</u>	<u>38.110</u>

O custo dos estoques reconhecido como despesa durante o exercício de 2013 foi de R\$ 430.810 (R\$ 350.275 em 2012) na controladora e R\$ 438.092 (352.251 em 2012) no consolidado.

O custo dos estoques reconhecido no resultado do exercício não inclui qualquer redução referente a perdas de estoques ao valor realizável líquido. A Administração espera que os estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão apresentados conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
ICMS	5.464	4.516	6.765	4.516
PIS/COFINS	1.737	852	3.330	852
IPI	175	88	197	88
Imposto de renda	168	74	168	74
Contribuição social	62	29	62	29
IRRF S/Aplicações	734	1.290	824	1.290
	<u>8.340</u>	<u>6.849</u>	<u>11.346</u>	<u>6.849</u>
Parcela do circulante	5.133	4.083	7.721	4.083
Parcela do não circulante	3.207	2.766	3.625	2.766

Os créditos de ICMS são basicamente créditos sobre aquisição de imobilizado gerados em relação às compras de bens para o ativo imobilizado da Companhia e são utilizados em 48 parcelas mensais e consecutivas conforme previsto em legislação que trata do assunto.

9. BANCOS CONTA VINCULADA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Banco do Brasil - Nova York - a)	1.161	931	1.161	931
Banco Itaú - b)	-	-	1.569	-
Total circulante	<u>1.161</u>	<u>931</u>	<u>2.730</u>	<u>931</u>
Parcela do circulante	1.161	931	2.730	931

- a) Banco do Brasil – Nova York / Estados Unidos da América - representado por valores retidos para garantir as amortizações das parcelas trimestrais do empréstimo de pré-pagamento de exportação captado junto ao banco Credit Suisse, referente à parcela com vencimento em fevereiro de 2014. Por ocasião de repactuação de contrato objeto da retenção realizada em 27 de abril de 2012, até novembro de 2014 serão exigidos somente os juros do contrato.
- b) Banco Itaú é referente a saldos de contas de títulos recebidos em uma determinada data e que serão transferidas automaticamente para a conta corrente após o envio de novos títulos para cobrança bancária.

10. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Créditos de carbono	-	4.378	-	4.378
Adiantamento a fornecedores	1.433	467	2.038	940
Créditos de funcionários	1.078	1.418	1.285	1.432
Renegociação de clientes	5.397	3.404	5.428	3.435
Despesas antecipadas	1.297	1.056	1.534	1.075
Credito a receber XKW Trading	6.814	7.674	6.814	7.674
Outros créditos	629	718	2.115	3.129
	<u>16.648</u>	<u>19.115</u>	<u>19.214</u>	<u>22.063</u>
Parcela do circulante	9.956	12.309	11.672	12.845
Parcela do não circulante	6.692	6.806	7.542	9.218

Créditos de carbono – os valores de crédito de carbono foram recebidos em março de 2013.

Renegociação de clientes – refere-se a créditos de clientes em atraso para os quais a Companhia realizou contratos de confissão de dívida acordando seu recebimento. O vencimento final das parcelas mensais será em 2018 e a taxa média de atualização é de 1% a 2% ao mês, reconhecidas no resultado por ocasião de seu recebimento. Alguns contratos têm cláusula de garantias de máquinas, equipamentos e imóveis garantindo o valor da dívida renegociada.

A Companhia avalia os clientes em renegociação e, quando aplicável, realiza provisão para perdas sobre o montante dos créditos renegociados. Para fazer frente a possíveis perdas, estão provisionados créditos no montante de R\$ 1.840, já deduzidos do valor apresentado de R\$ 5.397 na controladora e de R\$ 5.428 no consolidado.

Despesas antecipadas – refere-se principalmente a prêmios de seguros pagos por contratação de apólices de seguros para todas as unidades da Companhia, e são reconhecidos no resultado do período mensalmente pelo prazo de vigência de cada uma das apólices.

Créditos a receber XKW Trading Ltda – refere-se à venda da então Controlada Meu Móvel de Madeira Ltda em 20 de dezembro de 2012, em parcelas anuais com vencimento final no ano de 2016.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos.

A Companhia adotou para os exercícios de 2012 e de 2013 o regime de caixa na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre variações cambiais e registrou passivo fiscal diferido da variação cambial a realizar.

Com base no valor justo dos ativos biológicos e no custo atribuído do ativo imobilizado, foram registrados impostos diferidos passivos, ajustados pela revisão da vida útil do imobilizado, tratado como RTT (Regime Tributário de Transição) e registrado nesta mesma conta.

Os impactos tributários iniciais sobre o custo atribuído do ativo imobilizado foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido.

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Imposto de renda diferido ativo				
Sobre provisões temporárias	11.295	11.462	13.539	11.462
Sobre prejuízo fiscal	1.462	1.624	1.462	1.624
Contribuição social diferida ativa				
Sobre provisões temporárias	4.066	4.126	4.873	4.126
Sobre prejuízo fiscal	527	585	527	585
	<u>17.350</u>	<u>17.797</u>	<u>20.401</u>	<u>17.797</u>
PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Imposto de renda diferido passivo				
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	1.303	1.661	1.303	1.661
Juros s/debêntures	-	-	3.810	2.683
Valor justo dos ativos biológicos	34.966	37.230	36.737	38.628
Custo atribuído do ativo imobilizado e revisão de vida útil	87.596	86.074	137.495	106.913
Subvenção governamental	631	505	631	505
Hedge de fluxo de caixa	(6.410)	(2.322)	(6.410)	(2.322)
Ajuste a valor presente	-	-	3.030	-
Carteira de clientes	-	-	1.574	-
Marca	-	-	327	-
Contribuição social diferida passiva				
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	469	598	469	673
Juros s/debêntures	-	-	1.372	891
Valor justo dos ativos biológicos	12.588	13.403	13.544	14.133
Custo atribuído do ativo imobilizado e revisão de vida útil	31.535	30.986	49.498	38.489
Subvenção governamental	227	182	227	182
Hedge de fluxo de caixa	(2.308)	(836)	(2.308)	(836)
Ajuste a valor presente	-	-	1.091	-
Carteira de clientes	-	-	566	-
Marca	-	-	118	-
	<u>160.597</u>	<u>167.481</u>	<u>243.074</u>	<u>201.600</u>
Passivo de imposto diferido (líquido)	<u>143.247</u>	<u>149.684</u>	<u>222.673</u>	<u>183.803</u>

A Administração reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. Com base em projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração, a Administração estima que os saldos, consolidados, sejam realizados conforme demonstrado abaixo:

Ativo de imposto diferido	Consolidado
Período	2013
2014	9.511
2015	7.385
2016	3.505
	<u>20.401</u>

Passivo de imposto diferido	Consolidado
Período	2013
2014	1.897
2015	2.087
2016	2.296
2017	2.525
2018 em diante	234.269
	<u>243.074</u>

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é assim demonstrada:

Controladora ativo	Saldo inicial 31.12.12	Reconhecido no resultado	Aporte de controlada	Refis	Saldo final 31.12.13
Impostos diferidos ativos com relação a:					
Provisão para participações	2.614	1.035	-	-	3.649
Provisão para riscos diversos	12.846	(1.185)	-	-	11.661
Outros	128	(77)	-	-	51
Total diferenças temporárias	15.588	(227)	-	-	15.361
Prejuízos fiscais	2.209	(220)	-	-	1.989
	<u>17.797</u>	<u>(447)</u>			<u>17.350</u>
Consolidado ativo	Saldo inicial 31.12.12	Reconhecido no resultado	Aporte de controlada	Refis	Saldo final 31.12.13
Impostos diferidos ativos com relação a:					
Provisão para participações	2.614	1.035	-	-	3.649
Provisão para riscos diversos	12.846	(1.185)	3.051	-	14.712
Outros	177	(477)	-	-	(300)
Total diferenças temporárias	15.637	(627)	3.051	-	18.061
Prejuízos fiscais	2.160	15.596		(15.416)	2.340
	<u>17.797</u>	<u>14.969</u>	<u>3.051</u>	<u>(15.416)</u>	<u>20.401</u>

Controladora passivo		Reconhecido no	Aporte de	Reconhecido no	
	Saldo inicial	resultado	controlada	patrimônio	Saldo final
	31.12.12			líquido	31.12.13
Impostos diferidos passivos com relação a:					
Variação cambial reconhecida por caixa	2.259	(487)	-	-	1.772
Valor justo dos ativos biológicos	50.633	(3.079)	-	-	47.554
Custo atribuído do ativo imobilizado e revisão da vida útil	117.060	2.071	-	-	119.131
Subvenção governamental	687	171	-	-	858
Hedge de fluxo de caixa	(3.158)	-	-	(5.560)	(8.718)
	<u>167.481</u>	<u>(1.324)</u>	<u>-</u>	<u>(5.560)</u>	<u>160.597</u>

Consolidado passivo		Reconhecido no	Aporte de	Reconhecido no	
	Saldo inicial	resultado	controlada	patrimônio	Saldo final
	31.12.12			líquido	31.12.13
Impostos diferidos passivos com relação a:					
Variação cambial reconhecida por caixa	2.335	(563)	-	-	1.772
Juros s/debêntures	3.573	1.609	-	-	5.182
Valor justo dos ativos biológicos	52.761	(2.479)	-	-	50.282
Custo atribuído do ativo imobilizado e revisão da vida útil	145.402	(474)	42.065	-	186.993
Subvenção governamental	687	171	-	-	858
Hedge de fluxo de caixa	(3.158)	-	-	(5.560)	(8.718)
Ajuste a valor presente	-	4.121	-	-	4.121
Carteira de clientes	-	-	2.140	-	2.140
Marca	-	-	445	-	445
	<u>201.600</u>	<u>2.384</u>	<u>44.650</u>	<u>(5.560)</u>	<u>243.074</u>

12. INVESTIMENTOS

	Habitastul Florestal	Irani Trading	Iraflor Comércio de Madeiras	HGE Geração de Energia	Meu Móvel de Madeira	Wave Participações S.A	Ind.papel e Papelão São Roberto	Irani Geração de Energia	Total
Em 31 de dezembro de 2011	115.033	90.524	38.130	3.529	1.359	-	-	-	248.575
Resultado da equivalência patrimonial	1.613	11.820	9.083	(2.946)	-	-	-	-	19.570
Resultado equivalência patr. oper. descontinuada	-	-	-	-	596	-	-	-	596
Dividendos propostos	(14.086)	(14.450)	(594)	-	-	-	-	-	(29.130)
Aporte capital	-	4.563	3.370	700	2.011	-	-	-	10.644
Adiantamento futuro aumento capital	9.420	15.100	-	-	-	-	-	-	24.520
Redução de capital Meu Móvel de Madeira	-	-	-	-	(2.049)	-	-	-	(2.049)
Venda participação Meu Móvel de Madeira	-	-	-	-	(1.917)	-	-	-	(1.917)
Em 31 de dezembro de 2012	111.980	107.557	49.989	1.283	-	-	-	-	270.809
Resultado da equivalência patrimonial	15.256	13.284	13.570	(118)	-	(682)	38.159	-	79.469
Dividendos propostos	(11.153)	(12.755)	(9.086)	-	-	-	-	-	(32.994)
Aporte capital	-	-	13.259	-	-	12.919	-	297	26.475
Adiantamento futuro aumento capital	3.785	8.034	-	-	-	-	-	-	11.819
Incorporação da Wave pela São Roberto	-	-	-	-	-	-	9.989	-	9.989
Valor ajuste avaliação Patr. São Roberto	-	-	-	-	-	-	(4.110)	-	(4.110)
Outras Movimentações	-	-	-	-	-	(2.248)	-	-	(2.248)
Incorporação da Wave pela São Roberto	-	-	-	-	-	(9.989)	-	-	(9.989)
Em 31 de dezembro de 2013	119.868	116.120	67.734	1.165	-	-	44.038	297	349.221
Passivo	19.168	27.119	1.329	-	-	-	297.043	-	-
Patrimônio líquido	119.868	116.120	67.741	1.165	-	-	44.038	300	-
Ativo	139.036	143.239	69.070	1.165	-	-	341.081	300	-
Receita líquida	16.955	17.052	20.298	-	-	21.573	12.401	-	-
Resultado do período	15.256	13.284	13.571	(118)	-	(2.710)	40.187	-	-
Participação no capital em %	100,00	100,00	99,99	99,98	-	100,00	100,00	99,00	-

A controlada Habitasul Florestal S.A., realiza operações de plantio, corte e manejo de florestas de pinus e extração de resinas.

A controlada Irani Trading S.A., realiza operações de intermediação de exportações e importações de bens, exportação de bens adquiridos para tal fim e na administração e locação de imóveis.

A controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda., realiza operações de administração e comercialização de florestas plantadas para a controladora Celulose Irani S.A. e também para o mercado. No primeiro semestre de 2013, recebeu aporte de capital da controladora Celulose Irani S.A., no valor de R\$ 13.259 integralizados mediante incorporação de ativos florestais no valor de R\$ 13.251 e o valor de R\$ 8 em moeda corrente.

A controlada HGE Geração de Energia Sustentável Ltda., foi adquirida em 2009 e tem por objeto a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica de origem eólica para fins de comércio em caráter permanente, como produtor independente de energia. Esta empresa continua em fase pré-operacional e avalia os projetos para implementá-los.

A ex-controlada Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações Ltda., realiza operações de venda a varejo de móveis e decorações e serviços de montagem de móveis. Em reunião realizada em 20 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a alienação de participação societária nesta controlada, conforme demonstrado na nota explicativa nº 32.

A Wave Participações S.A., tinha como atividades preponderantes aquelas relacionadas à participação no capital de outras empresas, exceto holding, e a administração de bens móveis e imóveis. Ela foi aportada na Companhia, por sua controladora conforme mencionado na nota explicativa nº 21. Em 29 de novembro de 2013, a Wave foi incorporada de forma reversa pela Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A..

A Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A. era controlada indireta da Companhia até a incorporação da Wave Participações S.A., têm como atividades preponderantes aquelas relacionadas à industrialização de papéis para embalagens, consumo próprio, vendas e na produção de papelão ondulado, especificamente chapas, caixas e acessórios. A Companhia reconheceu ativos intangíveis decorrentes da combinação de negócios conforme nota explicativa nº 36.

A controlada Irani Geração de Energia Sustentável Ltda., foi constituída em 02 de dezembro 2013 e tem por objeto a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica de origem eólica para fins de comércio em caráter permanente, como produtor independente de energia. Esta empresa está em fase pré-operacional e avalia os projetos para implementá-los.

13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Composição do imobilizado

Controladora	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	(*) Outras imobilizações	Imobilizações em andamento	Adiantamento de fornecedor de imobilizado	Bens contratados em leasing financeiro	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
Em 31 de dezembro de 2011										
Saldo contábil líquido	123.901	29.114	326.772	497	3.563	20.614	759	16.592	14.027	535.839
Em 31 de dezembro de 2012										
Saldo inicial	123.901	29.114	326.772	497	3.563	20.614	759	16.592	14.027	535.839
Aquisições	-	583	4.130	92	346	27.587	14.568	1.226	-	48.532
Baixas	-	-	(130)	-	-	(135)	(9.297)	(54)	-	(9.616)
Transferências	-	4.318	21.887	-	712	(26.917)	-	-	-	-
Depreciação	-	(1.276)	(31.480)	(181)	(925)	-	-	(3.175)	(643)	(37.680)
Custo	123.901	40.692	542.676	1.850	8.588	21.149	6.030	28.523	16.061	789.470
Depreciação acumulada	-	(7.953)	(221.497)	(1.442)	(4.892)	-	-	(13.934)	(2.677)	(252.395)
Saldo contábil líquido	123.901	32.739	321.179	408	3.696	21.149	6.030	14.589	13.384	537.075
Em 31 de dezembro de 2013										
Saldo inicial	123.901	32.739	321.179	408	3.696	21.149	6.030	14.589	13.384	537.075
Aquisições	-	(64)	14.768	468	980	63.859	27.340	1.713	-	109.064
Baixas	(14)	-	(1.692)	(14)	(22)	(7.344)	(18.767)	(76)	-	(27.929)
Transferências	-	1.305	16.025	-	513	(17.843)	-	-	-	-
Depreciação	-	(1.057)	(24.163)	(211)	(748)	-	-	(3.277)	(643)	(30.099)
Saldo contábil líquido	123.887	32.923	326.117	651	4.419	59.821	14.603	12.949	12.741	588.111
Custo	123.887	42.006	563.758	2.161	10.482	59.821	14.603	29.966	16.061	862.745
Depreciação acumulada	-	(9.083)	(237.641)	(1.510)	(6.063)	-	-	(17.017)	(3.320)	(274.634)
Saldo contábil líquido	123.887	32.923	326.117	651	4.419	59.821	14.603	12.949	12.741	588.111

Consolidado	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	(*) Outras imobilizações	Imobilizações em andamento	Adiantamento de fornecedor de imobilizado	Bens contratados em leasing financeiro	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
Em 31 de dezembro de 2011										
Saldo contábil líquido	174.487	117.372	326.868	584	6.481	21.024	759	16.709	14.027	678.311
Em 31 de dezembro de 2012										
Saldo inicial	174.487	117.372	326.868	584	6.481	21.024	759	16.709	14.027	678.311
Aquisições	1.688	4.469	4.177	124	363	27.689	14.567	1.222	-	54.299
Baixas	(61)	(138)	(131)	-	(2.212)	(234)	(9.296)	(55)	-	(12.127)
Ativos operação descontinuada	-	-	(75)	(27)	(206)	-	-	(62)	-	(370)
Transferências	-	4.318	21.887	-	712	(26.917)	-	-	-	-
Depreciação	-	(3.870)	(31.428)	(205)	(1.038)	-	-	(3.195)	(643)	(40.379)
Custo	176.114	153.062	542.798	1.953	9.077	21.562	6.030	28.563	16.061	955.220
Depreciação acumulada	-	(30.911)	(221.500)	(1.477)	(4.977)	-	-	(13.944)	(2.677)	(275.486)
Saldo contábil líquido	176.114	122.151	321.298	476	4.100	21.562	6.030	14.619	13.384	679.734
Em 31 de dezembro de 2013										
Saldo inicial	176.114	122.151	321.298	476	4.100	21.562	6.030	14.619	13.384	679.734
Aporte controlada	74.453	34.465	64.046	354	51	3.513	-	73	-	176.955
Aquisições	1.218	9	7.846	468	769	64.741	27.340	1.712	-	104.103
Baixas	(199)	-	(1.836)	(14)	(22)	(7.322)	(18.767)	(73)	-	(28.233)
Transferências	-	1.305	16.025	-	513	(17.843)	-	-	-	-
Impairment	-	-	(10.819)	-	-	-	-	-	-	(10.819)
Depreciação	-	(3.648)	(24.857)	(235)	(664)	-	-	(3.290)	(643)	(33.337)
Saldo contábil líquido	251.586	154.282	371.703	1.049	4.747	64.651	14.603	13.041	12.741	888.403
Custo	251.586	201.272	687.255	2.825	12.552	64.651	14.603	30.080	16.061	1.280.885
Depreciação acumulada	-	(46.990)	(315.552)	(1.776)	(7.805)	-	-	(17.039)	(3.320)	(392.482)
Saldo contábil líquido	251.586	154.282	371.703	1.049	4.747	64.651	14.603	13.041	12.741	888.403

(*) Saldo referente a imobilizações como móveis e utensílios, equipamentos de informática.

b) Composição do intangível

O intangível é representado por licenças de softwares utilizados pela Companhia, que são capitalizados a custo histórico de aquisição.

Controladora					
	Marca	Goodwill	Carteira de Clientes	Software	Total
Em 31 de dezembro de 2012					
Saldo inicial	-	-	-	1.088	1.088
Aquisições	-	-	-	574	574
Baixas	-	-	-	(13)	(13)
Amortização	-	-	-	(429)	(429)
Saldo contábil líquido	-	-	-	1.220	1.220
Em 31 de dezembro de 2013					
Saldo inicial	-	-	-	1.220	1.220
Aquisições	-	-	-	427	427
Amortização	-	-	-	(631)	(631)
Saldo contábil líquido	-	-	-	1.016	1.016
Consolidado					
	Marca	Goodwill	Carteira de Clientes	Software	Total
Em 31 de dezembro de 2012					
Saldo inicial	-	-	-	1.103	1.103
Aquisições	-	-	-	607	607
Baixas	-	-	-	(58)	(58)
Amortização	-	-	-	(429)	(429)
Saldo contábil líquido	-	-	-	1.223	1.223
Em 31 de dezembro de 2013					
Saldo inicial	-	-	-	1.223	1.223
Aquisições	-	-	-	508	508
Aporte Controlada	1.473	104.380	6.617	40	112.510
Amortização	-	-	(323)	(755)	(1.078)
Saldo contábil líquido	1.473	104.380	6.294	1.016	113.163

c) Método de depreciação

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação definidas com base na vida útil econômica dos ativos. A taxa utilizada está apresentada pela média ponderada.

	Taxa %	
	31.12.13	31.12.12
Prédios e construções *	2,19	2,25
Equipamentos e instalações **	5,86	6,45
Móveis , utensílios e equipamentos de informática	5,71	5,71
Veículos e tratores	20,0	20,0
Softwares	20,0	20,0
Carteira de clientes	11,11	-

A variação apresentada nas taxas anuais de depreciação do ativo imobilizado no exercício de 2013 em relação ao exercício de 2012 ocorreu em função de a Companhia ter revisado a vida útil dos seus ativos conforme requerido pelo CPC27, a qual está sendo aplicada prospectivamente a partir de janeiro de 2013.

d) Outras informações

As imobilizações em andamento referem-se a obras para melhoria e manutenção do processo produtivo das Unidades Papel para Embalagens e Embalagem PO em Vargem Bonita – SC e da Unidade Embalagem PO em Indaiatuba – SP, dentre as quais destacamos a nova depuração de celulose e *up-grade* de refinação e a reforma da máquina de papel nº 1, ambas com prazo previsto de término no ano de 2014. Durante o período, foram capitalizados custos com taxa média de 4,74% ao ano, de captações utilizadas especificamente para financiar a execução de alguns projetos de investimentos, no montante de R\$ 717.

O adiantamento a fornecedores refere-se aos investimentos nas Unidades Papel para Embalagens e Embalagem PO de Vargem Bonita – SC.

A Companhia tem responsabilidade por contratos de arrendamento mercantil de máquinas, equipamentos de informática e veículos, com cláusulas de opção de compra, negociados com taxa pré-fixada e 1% de valor residual garantido, pago ao final ou diluído durante a vigência do contrato, e que tem como garantia a alienação fiduciária dos próprios bens. Os compromissos assumidos estão registrados como captações no passivo circulante e não circulante.

As imobilizações em imóveis de terceiros referem-se à reforma civil na Unidade de Embalagem PO em Indaiatuba-SP que é depreciada pelo método linear à taxa de 4% (quatro por cento) ao ano. O imóvel é de propriedade das empresas MCFD – Administração de Imóveis Ltda. e PFC – Administração de Imóveis Ltda., sendo que o ônus da reforma foi todo absorvido pela Celulose Irani S.A.

A abertura da depreciação do ativo imobilizado no exercício de 2013 é apresentada conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Administrativos	1.049	1.630	906	4.096
Produtivos	29.050	36.050	32.431	36.283
	<u>30.099</u>	<u>37.680</u>	<u>33.337</u>	<u>40.379</u>

A abertura da amortização do intangível no exercício de 2013 é apresentada conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Administrativos	536	391	916	391
Produtivos	95	38	162	38
	<u>631</u>	<u>429</u>	<u>1.078</u>	<u>429</u>

e) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*Impairment*)

A Companhia registrou redução no valor recuperável de seus ativos na controlada Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A., no valor de R\$ 10.819, do mesmo R\$ 6.229 foi registrado no patrimônio líquido na conta de ajuste de avaliação patrimonial sendo que líquido de impostos representa R\$ 4.111 e R\$ 4.590 transitou pelo resultado.

Nos demais ativos da Companhia não foram identificados indicadores que pudessem reduzir o valor de realizações de seus ativos em 31 de dezembro de 2013.

f) Ativos cedidos em garantia

A Companhia possui ativos imobilizados em garantia de operações financeiras, conforme descrito abaixo.

	31.12.13
Equipamentos e instalações	47.251
Prédios e construções	126.615
Terras	116.219
Total de imobilizado em garantias	<u>290.085</u>

g) Goodwill

O *goodwill* no valor de R\$ 104.380 é atribuível à expectativa de rentabilidade futura e as economias de escala esperadas da combinação das operações da Companhia e a controlada Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A.

A formação do *goodwill* esta demonstrada conforme abaixo e na nota explicativa nº 36:

Participação adquirida	100%
Contraprestação transferida	7.500
Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos	96.880
<i>Goodwill</i>	<u>104.380</u>

h) Marca registrada

A marca registrada adquirida na combinação de negócios entre a Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A. e a Wave Participações S.A. foi reconhecida pelo valor justo de R\$ 1.473 na data da aquisição. A marca registrada não possui vida útil definida, não sofrendo assim amortização.

i) Carteira de clientes

A carteira de clientes adquirida na combinação de negócios entre a Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A. e a Wave Participações S.A. está reconhecida pelo valor justo de R\$ 6.617 e sofreu no período uma amortização de R\$ 323 apresentando desta forma um saldo contábil líquido de R\$ 6.294. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

j) Teste do intangível para verificação de *impairment*

O valor recuperável da unidade geradora de caixa é baseado na expectativa de rentabilidade futura. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de oito anos e extrapolados a perpetuidade nos demais períodos com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Margem bruta estimada	43.417	43.789	48.159	50.326	52.591	54.958	57.431	60.015
Taxa de crescimento estimada	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
Taxa de desconto (Wacc)	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%

14. ATIVO BIOLÓGICO

Os ativos biológicos da Companhia compreendem principalmente o cultivo e plantio de florestas de pinus para abastecimento de matéria prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel para embalagens, produção de resinas e vendas de toras de madeira para terceiros. Todos os ativos biológicos da Companhia formam um único grupo denominado florestas, que são mensuradas conjuntamente a valor justo em períodos semestrais. Como a colheita das florestas plantadas é realizada em função da utilização de matéria prima e das vendas de madeira, e todas as áreas são replantadas, a variação do valor justo desses ativos biológicos não sofre efeito significativo no momento da colheita.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação. Desta forma, o

saldo de ativos biológicos como um todo está registrado a valor justo conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Custo de formação dos ativos biológicos	43.900	40.932	53.724	78.602
Diferencial do valor justo				
ativos biológicos a valor justo	102.738	118.980	215.001	184.690
	<u>146.638</u>	<u>159.912</u>	<u>268.725</u>	<u>263.292</u>

A Companhia considera que deste total de ativos biológicos, R\$ 189.129 são florestas utilizadas como matéria-prima para produção de celulose e papel, dos quais, R\$ 145.550 se referem a florestas formadas que possuem mais de 6 anos. O restante dos valores refere-se a florestas em formação, as quais ainda necessitam de tratamentos silviculturais. Esses ativos estão localizados próximos à fábrica de celulose e papel em Vargem Bonita (SC), onde são consumidos.

A colheita destas florestas é realizada principalmente em função da utilização de matéria-prima para a produção de celulose e papel, e as florestas são replantadas assim que colhidas, formando um ciclo de renovação que atende a demanda de produção da unidade.

Os ativos biológicos utilizados para produção de resinas e vendas de toras representam R\$ 79.596, e estão localizados no litoral do Rio Grande do Sul. A extração de resina é realizada em função da capacidade de geração deste produto pela floresta existente, e a extração de madeira para venda de toras se dá em função da demanda de fornecimento na região.

- a) Premissas para o reconhecimento do valor justo menos custos para vendas dos ativos biológicos.

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

- (i) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas nos ciclos de corte determinados em função da otimização da produção, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;
- (ii) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a de Custo do Capital Próprio (Capital Asset Pricing Model – CAPM). O custo do capital próprio é estimado por meio de análise do retorno almejado por investidores em ativos florestais;
- (iii) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, adotados sortimentos para o

planejamento de produção, idade das florestas, potencial produtivo e considerado um ciclo de produção das florestas. São criadas alternativas de manejo para estabelecer o fluxo de produção de longo prazo ideal para maximizar os rendimentos das florestas;

- (iv) Os preços adotados para os ativos biológicos são os preços praticados nos dois últimos anos, baseados em pesquisas de mercado nas regiões de localização dos ativos. São praticados preços em R\$/metro cúbico, e considerados os custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;
- (v) Os gastos com plantio utilizados são os custos de formação dos ativos biológicos praticados pela Companhia;
- (vi) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo médio dos ativos biológicos, multiplicado pelo volume colhido no período;
- (vii) A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos periodicamente, (em geral semestralmente) considerando o intervalo que julga suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

Entre as principais premissas consideradas no cálculo do valor justo dos ativos biológicos estão: i) a remuneração dos ativos próprios que contribuem (arrendamento) à taxa de 3% ao ano, e ii) à taxa de desconto de 8,5% ao ano para os ativos de áreas próprias em SC e no RS, e taxa de 9,5% para os ativos de áreas de parcerias em SC.

Neste exercício de 2013, a Companhia validou as premissas e critérios utilizados para as avaliações do valor justo dos seus ativos biológicos, e realizou avaliação de todos seus ativos biológicos.

Não houve no exercício de 2013 outro evento que impactasse a desvalorização dos ativos biológicos, como temporais, raios e outros que podem afetar as florestas.

Principais movimentações

As movimentações do período são demonstradas abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.11	128.516	239.997
Plantio	5.126	5.748
Exaustão		
Custo histórico	(601)	(3.369)
Valor justo	(1.764)	(15.851)
Transferência para capitalização em controlada	(3.370)	-
Variação do valor justo	32.005	36.767
Saldo em 31.12.12	159.912	263.292
Plantio	5.557	6.721
Exaustão		
Custo histórico	(965)	(3.499)
Valor justo	(647)	(17.887)
Transferência para capitalização em controlada	(13.251)	-
Baixa	(9)	(9)
Variação do valor justo	(3.959)	20.107
Saldo em 31.12.13	146.638	268.725

A exaustão dos ativos biológicos dos exercícios foi substancialmente apropriada ao custo de produção, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo ou venda para terceiros.

Em 03 de junho de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a integralização de capital na Iraflor Comércio de Madeiras Ltda., através da transferência de ativos florestais de propriedade da Companhia. Neste exercício de 2013, foi autorizado o aporte de novos ativos biológicos no montante de R\$ 13.251. Esta operação teve por objetivo final proporcionar uma melhor gestão dos ativos florestais e a captação de recursos através de CDCA, conforme divulgado na nota explicativa nº 15.

b) Ativos biológicos cedidos em garantia

A Companhia possui parte dos ativos biológicos em garantias de operações financeiras no valor de R\$ 140.971, o que representa aproximadamente 52% do valor total dos ativos biológicos, e equivale a 20,6 mil hectares de terras utilizadas, com aproximadamente 10,3 mil hectares de florestas plantadas.

c) Produção em terras de terceiros

A Companhia possui contratos de arrendamentos não canceláveis para produção de ativos biológicos em terras de terceiros, chamados de parcerias. Estes contratos

possuem validade até que o total das florestas plantadas existentes nestas áreas sejam colhidas em um ciclo de aproximadamente 15 anos. O montante de ativos biológicos em terras de terceiros representa 9,3% da área total com ativos biológicos da Companhia.

15. CAPTAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Circulante				
Moeda nacional				
Finame	5.646	2.641	6.893	2.641 a)
Capital de giro	37.093	33.288	47.073	33.288 b)
Capital de giro - CDCA	16.490	16.306	16.490	16.306 c)
<i>Leasing financeiro</i>	1.303	1.419	1.435	1.433 d)
Cédula de crédito imobiliário - CCI	-	-	-	8.839 e)
BNDES	-	-	10.327	- f)
Total moeda nacional	60.532	53.654	82.218	62.507
Moeda estrangeira				
<i>Leasing financeiro</i>	-	2.839	-	2.839 g)
Adiantamento contrato de câmbio	12.175	8.490	12.175	8.490 h)
Banco Credit Suisse	5.535	738	5.535	738 i)
Banco Santander (Brasil)	-	1.690	-	1.690 j)
Banco Itaú BBA	11.969	-	11.969	- k)
Banco Santander PPE	2.640	-	2.640	- l)
Banco do Brasil	2.151	1.329	2.151	1.329 m)
Banco Citibank	3.017	1.632	3.017	1.632 n)
Total moeda estrangeira	37.487	16.718	37.487	16.718
Total do circulante	98.019	70.372	119.705	79.225
Não Circulante				
Moeda nacional				
Finame	21.855	7.796	22.300	7.796 a)
Capital de giro	98.049	18.880	98.049	18.880 b)
Capital de giro - CDCA	54.070	66.741	54.070	66.741 c)
<i>Leasing financeiro</i>	1.244	982	1.462	993 d)
BNDES	-	-	48.262	- f)
Total moeda nacional	175.218	94.399	224.143	94.410
Moeda estrangeira				
Banco Credit Suisse	83.172	75.051	83.172	75.051 i)
Banco Itaú BBA	28.505	34.716	28.505	34.716 k)
Banco Santander PPE	10.367	-	10.367	- l)
Banco do Brasil	1.597	2.048	1.597	2.048 m)
Banco Citibank	3.071	2.776	3.071	2.776 n)
Total moeda estrangeira	126.712	114.591	126.712	114.591
Total do não circulante	301.930	208.990	350.855	209.001
Total	399.949	279.362	470.560	288.226

Vencimentos no longo prazo:	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
2014	-	46.322	-	46.333
2015	85.769	58.952	90.010	58.952
2016	142.335	67.654	147.062	67.654
2017	57.360	34.739	63.437	34.739
2018 a 2019	16.466	1.323	50.346	1.323
	<u>301.930</u>	<u>208.990</u>	<u>350.855</u>	<u>209.001</u>

Captações em moeda nacional:

- Finame - estão sujeitos a taxas de juros médias de 4,54% ao ano com vencimento final em 2019.
- Capital de giro - estão sujeitos a taxas de juros médias de 10,01% ao ano com vencimento final no segundo semestre de 2018.

Custo de Transação:

As operações de capital de giro, Banco Safra, incorreram num custo de transação de R\$ 279 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 10,72%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

Ano	Principal
2014	36
2015	<u>19</u>
	<u>55</u>

c) Capital de giro – CDCA

Em 20 de junho de 2011, a Companhia emitiu Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, no valor nominal de R\$ 90.000 em favor do Banco Itaú BBA S.A e do Banco Rabobank International Brasil S.A.

O CDCA tem a ele vinculado os direitos creditórios oriundos de Cédulas de Produtor Rural Física (“CPR”), emitida pela controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda., que tem como credora a Celulose Irani S.A., nos termos da Lei nº 8.929 de 22 de agosto de 1994.

Esta operação está sendo liquidada em 6 parcelas anuais a partir de junho de 2012, atualizável pelo IPCA, acrescida de 10,22% ao ano.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 3.636 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 16,15%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2014	634
2015	484
2016	310
2017	109
	<u>1.537</u>

- d) *Leasing* financeiro – estão sujeitos a taxas de juros médias de 14,25% ao ano com vencimento final no segundo semestre de 2018.

Vencimentos no longo prazo <i>leasing</i> financeiro:	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
2014	-	780	-	791
2015	738	202	875	202
2016	384	-	465	-
2017	122	-	122	-
	<u>1.244</u>	<u>982</u>	<u>1.462</u>	<u>993</u>

- e) Cédula de crédito imobiliário – CCI

Em 03 de agosto de 2010, a controlada Irani Trading S.A. emitiu Instrumento Particular de Cédula de Créditos Imobiliários – CCI, lastreada em contrato de locação celebrado em 20 de outubro de 2009, entre a Irani Trading S.A. e Celulose Irani S.A.

A Irani Trading S.A. cedeu a CCI para a *Brazilian Securities* Companhia de Securitização. Em decorrência desta cessão, a Securitizadora emitiu em regime fiduciário Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs e pagou em 06 de agosto de 2010 para a Irani Trading S.A. o preço da cessão da CCI, no montante de R\$ 40.833, que equivale ao valor presente líquido de 37 parcelas futuras de aluguel à taxa de 14,70% ao ano.

Essa operação foi liquidada em 37 parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 1.364 cada, com início em 25 de agosto de 2010 e término em 25 de agosto de 2013, devidas pela locatária Celulose Irani S.A. à cedente Irani Trading S.A., por força do contrato de locação.

- f) BNDES

Em 29 de janeiro de 2013, foi renegociado o empréstimo junto ao BNDES da controlada Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A., mantendo-se a garantia da hipoteca da unidade Vila Maria em São Paulo – SP, da negociação realizada em 27 de janeiro de 2011, com prazo de pagamento renegociado para 9 anos com carência de 9 meses para pagamento do principal e a CCI (Companhia Comercial de Imóveis) passou a ser a fiadora.

Captações em moeda estrangeira:

As captações em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2013 estão atualizadas pela variação cambial do dólar, e sobre os mesmos incidem juros médios de 7,85%.

- g) *Leasing* financeiro atualizável pela variação cambial do dólar e pagável em parcelas trimestrais com vencimento no final de 2013.
- h) Adiantamento contrato de câmbio atualizáveis pela variação cambial do dólar e pagável em parcela única conforme cada contrato, com vencimentos no primeiro semestre de 2014.
- i) Banco Credit Suisse, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas trimestrais, refere-se à operação de pré-pagamento de exportação.

Por meio de Amended and Restated de 27 de abril de 2012, a Companhia e Credit Suisse repactuaram a operação de pré-pagamento de exportação que passa a ter vencimento final em 2017, bem como 30 meses de carência para pagamento das parcelas do principal.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 5.310. Em 27 de abril de 2012 efetuamos nova repactuação de prazo que incorreram num custo adicional de transação de R\$ 2.550. Sua taxa de juros efetiva (TIR) que era de 19,12%, após esta repactuação passou a ser 12,31%.

Abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2014	1.142
2015	1.588
2016	2.209
2017	396
	<hr/>
	5.335

- j) Banco Santander (Brasil), atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas anuais com vencimento final e liquidação efetuada em maio de 2013.

- k) Banco Itaú BBA, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2017.
- l) Banco Santander, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas anuais com vencimento final em 2018

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 560 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 6,38%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2014	122
2015	78
2016	32
2017	4
	<hr/>
	236

- m) Banco do Brasil, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2016.
- n) Banco Citibank, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas trimestrais com vencimento final em 2016.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 101 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 5,68%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2014	27
2015	10
	<hr/>
	37

Garantias:

A Companhia mantém em garantia das operações de captações aval de empresas controladoras e/ou hipoteca ou alienação fiduciária de terrenos, edificações, máquinas e equipamentos, ativos biológicos (florestas), penhor mercantil e cessão fiduciária de recebíveis com valor de R\$ 217.271. Outras operações mantêm garantias específicas conforme segue:

- i) Para Capital de giro – CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio), a Companhia constituiu garantias reais em montante aproximado de R\$ 65.227 sendo:

- Cessão fiduciária em favor do credor sobre direitos creditórios oriundos das CPRs – Cédulas de produtor rural a ele vinculado;
 - Hipoteca em favor dos Bancos de alguns imóveis da Companhia, equivalentes a 5.288 hectares;
 - Alienação fiduciária de florestas de pinus e eucalipto existente sobre os imóveis objeto de hipoteca, de propriedade da Emitente.
- ii) Para o financiamento de pré-pagamento de exportação, contratado junto ao Banco Credit Suisse, foram oferecidos como garantia as ações que a Companhia detém da controlada Habitasul Florestal S.A.

Cláusulas Financeiras Restritivas:

Alguns contratos de financiamento junto a instituições financeiras possuem cláusulas financeiras restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros, calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas conforme abaixo:

- i) Capital de giro – CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio)
- ii) Banco Itaú BBA
- iii) Banco Santander Brasil

Foram determinadas algumas cláusulas financeiras restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros com verificação anual, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida.

- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior a: para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2013: 3,65x (três vírgula sessenta e cinco vezes); para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2014: 3,25x (três vírgula vinte e cinco vezes) e a partir do exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2015: 3,00x (três vezes).
- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 2,00x (duas vezes) para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2013
- c) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a receita líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 17% para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia atendeu os índices exigidos nas cláusulas contratuais acima.

- iv) Banco Credit Suisse

- a) Relação dívida líquida sobre EBITDA de (i) 3,00 vezes para os trimestres findos entre 30 de junho de 2012 e 30 de setembro de 2013; (ii) 3,65 vezes para o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2013; (iii) 3,25 vezes para os trimestres entre 31

de março de 2014 e 31 de dezembro de 2014; (iv) 3 vezes para os trimestres findos a partir de 31 de março de 2015.

- b) Relação EBITDA sobre despesa financeira líquida de 2,00x para os trimestres fiscais findos a partir de 30 de junho de 2012 até 2017.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia atendeu os índices exigidos nas cláusulas contratuais acima.

Legenda:

TJLP – Taxa de juros de longo prazo.

CDI – Certificado de depósito interbancário.

EBITDA - o resultado operacional adicionado das (receitas) despesas financeiras líquidas e de depreciações, exaustões e amortizações.

ROL – Receita operacional líquida.

16. DEBÊNTURES

Primeira Emissão de Debêntures Simples

A Companhia emitiu debêntures simples em 12 de abril de 2010, não conversíveis em ações, cuja colocação foi feita por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição, no valor de R\$ 100.000. As debêntures vencerão em março de 2015 e estão sendo amortizadas em oito parcelas semestrais a partir de setembro de 2011, atualizável pela variação do CDI acrescido de 5% ao ano. Os juros são devidos em parcelas semestrais sem carência.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 3.623 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 16%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2014	892
2015	<u>226</u>
	<u>1.118</u>

Garantias:

As Debêntures contam com garantias reais no valor de R\$ 152.848, conforme segue:

- Alienação fiduciária em favor do Agente Fiduciário de terras da Celulose Irani em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de

Alienação de Imóvel Irani e outras Avenças, o qual garantirá a dívida até o limite de R\$ 26.512;

- Alienação fiduciária em favor do Agente Fiduciário de Terrenos e Edificações da Irani Trading em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Alienação de Imóvel Trading e outras Avenças, o qual garantirá a dívida até o limite de R\$ 40.000;
- Penhor agrícola em favor do Agente Fiduciário de Ativos Florestais da Celulose Irani em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Penhor Agrícola e outras Avenças;
- Cessão fiduciária em favor do Agente Fiduciário de direitos creditórios de titularidade da Celulose Irani no valor de 25% do saldo devedor de principal das Debêntures.

Cláusulas Financeiras Restritivas:

Foram determinadas algumas cláusulas restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros com verificação anual, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas neste exercício e estão apresentadas abaixo:

- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior a: para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2013: 3,65x (três vírgula sessenta e cinco vezes); para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2014: 3,25x (três vírgula vinte e cinco vezes) e a partir do exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2015: 3,00x (três vezes).
- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 2,00x (duas vezes) para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia atendeu os índices exigidos nas cláusulas contratuais acima.

Segunda Emissão de Debêntures Simples

A Companhia emitiu debêntures simples em 30 de novembro de 2012, não conversíveis em ações, cuja colocação foi feita por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição, no valor de R\$ 60.000. As debêntures vencerão em novembro de 2017 e estão sendo amortizadas em 5 (cinco) parcelas anuais a partir de novembro de 2013, atualizável pela variação do CDI acrescido de 2,75% ao ano.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 1.120 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 10,62%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2014	321
2015	251
2016	173
2017	86
	<hr/> 831 <hr/>

Garantias:

As Debêntures contarão com garantias reais no valor de R\$ 77.641; conforme segue:

- Alienação fiduciária em favor do Agente Fiduciário de terras da Celulose Irani em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Alienação de Imóvel Irani e outras Avenças em 1º grau no valor de R\$ 17.625; e em 2º (segundo) grau no valor de R\$ 31.252.
- Penhor Agrícola em favor do Agente Fiduciário de alguns Ativos Florestais da Celulose Irani em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Penhor Agrícola e outras Avenças.
- Cessão fiduciária em favor do Agente Fiduciário de direitos creditórios de titularidade da Celulose Irani no valor de 25% do saldo devedor de principal das Debêntures;

Cláusulas Financeiras Restritivas:

Foram determinadas algumas cláusulas restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros com verificação anual, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas no exercício de 2012 e serão novamente verificadas ao final do exercício de 2013.

As cláusulas restritivas estão apresentadas abaixo:

- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA para o período fiscal findo em 31 de dezembro de 2012 não poderá ser superior a 3,50x.
- b) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA para o período fiscal findo em 31 de dezembro de 2013 não poderá ser superior a 3,65x.
- c) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA para o período fiscal findo em 31 de dezembro de 2014 não poderá ser superior a 3,25x.
- d) A partir do exercício fiscal findo em 31 de dezembro 2015 a relação entre a dívida líquida e o EBITDA não poderá ser superior a 3,00x.
- e) A relação entre o EBITDA e a despesa financeira líquida não poderá ser inferior a 2,00x para os exercícios fiscais findos a partir de 31 de dezembro de 2012.

Emissão de Debêntures Controlada

Pela AGE da Wave Participações S.A., realizada em 28 de maio de 2013, a Companhia foi autorizada a emitir escritura particular para a emissão de 80 debêntures nominativas e escriturais, em série única não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 80.000, sendo o prazo de vigência de 5 anos, tendo 17 amortizações trimestrais, com a primeira amortização em 20 de maio de 2014 e a última em 20 de maio de 2018; a remuneração será equivalente à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, capitalizada exponencialmente de spread de 4,75% ao ano, até o vencimento.

O objeto da emissão das Debêntures foi para captar recursos que foram utilizados no aporte de capital e reestruturação da controlada Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A.. Em decorrência de incorporação reversa ocorrida em 29 de novembro de 2013, onde a controlada Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A. incorporou a controladora Wave Participações S.A., o valor da debênture constante na Wave Participações S.A. passou a compor o saldo da debênture agora na Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A. e por consequência no saldo consolidado da Companhia.

O Banco Itaú S.A. é o Liquidante Mandatário, a Itaú Corretora de Valores S.A. o Escriturador Mandatário e como Agente Fiduciário a Planner Trustee Distrib. de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 2.508 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 13,57%. É apresentado abaixo o montante dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2014	685
2015	615
2016	461
2017	286
2018	87
	<hr/>
	2.134

Garantias:

As Debêntures terão garantias reais e fiduciária de bens e direitos da Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A., em favor do Agente Fiduciário:

- Alienação fiduciária de imóveis em favor do Agente Fiduciário;
- Alienação fiduciária de equipamentos industriais da unidade industrial na cidade de Santa Luzia-MG;

- Cessão fiduciária de recebíveis decorrentes de Contrato de Arrendamento e Outras Avencas, e;
- Cessão fiduciária de 25% dos recebíveis durante a vigência da emissão das debêntures.

As cláusulas restritivas estão apresentadas abaixo:

- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA para o período fiscal findo em 31 de dezembro de 2012 não poderá ser superior a 3,50x.
- b) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA para o período fiscal findo em 31 de dezembro de 2013 não poderá ser superior a 3,65x.
- c) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA para o período fiscal findo em 31 de dezembro de 2014 não poderá ser superior a 3,25x.
- d) A partir do exercício fiscal findo em 31 de dezembro 2015 a relação entre a dívida líquida e o EBITDA não poderá ser superior a 3,00x.
- e) A relação entre o EBITDA e a despesa financeira líquida não poderá ser inferior a 2,00x para os exercícios fiscais findos a partir de 31 de dezembro de 2012.

Primeira Emissão Privada de Debêntures Simples

A Companhia emitiu debêntures simples em 19 de agosto de 2010, não conversíveis em ações, cuja integralização foi feita pela controlada Irani Trading S.A., pelo valor de R\$ 40.000. As debêntures vencerão em parcela única em agosto de 2015 e são atualizadas pelo IPCA mais 6% ao ano. Os juros serão pagos juntamente com a parcela única em agosto de 2015.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 1.902 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 9,62%. É apresentado abaixo o montante dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2014	794
2015	631
	<u>1.425</u>

Esta emissão não contém garantias nem cláusulas financeiras restritivas.

O quadro a seguir mostra a exigibilidade por ano das operações de debêntures.

Ano	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
2013	-	36.526	-	36.526
2014	36.045	36.089	49.686	36.089
2015	79.216	74.175	42.390	23.440
2016	11.942	11.935	30.511	11.935
2017	12.030	12.013	30.772	12.014
2018	-	-	9.567	-
	<u>139.233</u>	<u>170.738</u>	<u>162.926</u>	<u>120.004</u>
Parcela do circulante	38.545	39.026	53.041	39.026
Parcela do não circulante	100.688	131.712	109.885	80.978

17. FORNECEDORES

Correspondem aos débitos junto a fornecedores conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
CIRCULANTE				
Interno				
Materiais	58.331	31.265	59.739	31.210
Ativo imobilizado	15.097	2.112	15.097	2.112
Prestador de serviços	4.560	2.453	5.446	2.597
Transportadores	7.478	5.511	8.514	5.514
Partes relacionadas	34.127	16.500	-	-
Ativo imobilizado em remessa	1.165	2.168	1.165	2.168
Consignação	66	65	66	65
Externo				
Materiais	501	81	548	81
	<u>121.325</u>	<u>60.155</u>	<u>90.575</u>	<u>43.747</u>

18. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

A Companhia optou pelo REFIS, normatizado pela Lei 11.941/09 e MP 470/09, para parcelamento de seus tributos. Os parcelamentos são amortizados mensalmente e estão atualizados monetariamente pela variação da SELIC.

A Companhia parcelou o ICMS ordinário do Estado de São Paulo e sobre o mesmo incidem juros de 0,9% ao mês, amortizado mensalmente.

Os valores estão apresentados conforme a seguir:

CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Parcelamento Federal				
Parcelamento REFIS Receita Federal	2.503	2.330	2.530	2.360
Parcelamento REFIS - Controlada	-	-	3.288	-
Parcelamento INSS patronal	811	767	845	862
Parcelamento FNDE	-	-	28	25
	<u>3.314</u>	<u>3.097</u>	<u>6.691</u>	<u>3.247</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Parcelamento Estadual				
Parcelamento ICMS	1.452	1.988	3.569	1.988
	<u>1.452</u>	<u>1.988</u>	<u>3.569</u>	<u>1.988</u>
Total parcelamentos	<u>4.766</u>	<u>5.085</u>	<u>10.260</u>	<u>5.235</u>

NÃO CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Parcelamento Federal				
Parcelamento REFIS Receita Federal	1.289	3.919	1.289	3.945
Parcelamento REFIS - Controlada	-	-	33.636	-
Parcelamento INSS patronal	271	1.022	271	1.054
Parcelamento FNDE	-	-	58	76
	<u>1.560</u>	<u>4.941</u>	<u>35.254</u>	<u>5.075</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Parcelamento Estadual				
Parcelamento ICMS	-	1.304	4.905	1.304
	<u>-</u>	<u>1.304</u>	<u>4.905</u>	<u>1.304</u>
Total parcelamentos	<u>1.560</u>	<u>6.245</u>	<u>40.159</u>	<u>6.379</u>

Vencimentos no longo prazo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
2014	-	2.393	-	2.527
2015	398	618	4.392	618
2016	128	343	4.122	343
2017	128	343	5.002	343
2018 em diante	906	2.548	26.643	2.548
	<u>1.560</u>	<u>6.245</u>	<u>40.159</u>	<u>6.379</u>

INSS – Refere-se a parcelamento Previdenciário da Lei 10.684/03 e que a Companhia aderiu ao Refis em novembro de 2009.

Receita Federal – Refere-se a parcelamento de Tributos Federais da Lei 10.684/03 e que a Companhia aderiu ao Refis em novembro de 2009, e parcelamento de outros débitos de IPI no montante atualizado de R\$ 5.039. Este valor está sendo pago em 180 parcelas e atualizado pela SELIC.

Em dezembro de 2013 a Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A., controlada da Companhia, optou pela desistência do programa de parcelamento REFIS (Lei nº 9.964/00) e aderiu ao programa de parcelamento REFIS da Lei 11.941/09, que será pago em 180 parcelas atualizadas pela SELIC.

Apresentamos a seguir resumo dos valores do REFIS:

	<u>2013</u>
Débito remanescente antes reduções	85.223
Débitos inclusos	958
Reduções de multas e juros	(21.447)
Compensação IR e CSLL sobre prejuízo fiscal	(15.416)
Saldo débito	<u>49.318</u>
Ajuste a valor presente	(12.121)
Baixas por pagamento de parcelas	(274)
Saldo líquido do débito	<u>36.923</u>
Despesas de estruturação REFIS	136

INSS Patronal – Refere-se a parcelamento Previdenciário de novembro e dezembro de 2008.

19. PARTES RELACIONADAS

Controladora	Contas a receber		Contas a pagar		Debêntures a pagar	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Irani Trading S.A.	3.349	3.136	1.437	1.415	55.241	50.734
Habitasul Florestal S.A.	4.638	2.171	66	81	-	-
HGE - Geração de Energia	-	-	393	601	-	-
Administradores	1.005	1.553	-	-	-	-
Iraflor - Com. de Madeiras Ltda	-	-	25.056	15.004	-	-
Remuneração dos administradores	-	-	1.949	1.630	-	-
Participação dos administradores	-	-	11.439	8.210	-	-
Irani Geração de Energia Sustentável Ltda	-	-	297	-	-	-
Ind.Papel São Roberto S.A	36.198	-	8.018	-	-	-
Total	45.190	6.860	48.655	26.941	55.241	50.734
Parcela circulante	44.185	5.307	48.655	26.941	-	-
Parcela não circulante	1.005	1.553	-	-	55.241	50.734

Controladora	Receitas		Despesas	
	2013	2012	2013	2012
Companhia Com.de Imóveis	836	-	-	-
Ind.Papel São Roberto S.A	76.534	-	19.513	-
Irani Trading S.A.	-	-	17.026	16.989
Habitasul Florestal S.A.	-	-	4.657	3.489
Iraflor - Com. de Madeiras Ltda	-	-	19.181	10.357
Druck, Mallmann, Oliveira & Advogados Associados	-	-	222	239
MCFD Administração de Imóveis Ltda	-	-	1.027	946
Irani Participações S/A	-	-	480	480
Habitasul Desenvolvidores Imobiliários	-	-	113	111
Pagamento baseado em ações	-	-	478	309
Meu Móvel de Madeira	-	12	-	-
Remuneração dos administradores	-	-	8.119	6.476
Participação dos administradores	-	-	7.490	2.931
Total	77.370	12	78.307	42.327

Consolidado	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Remuneração dos administradores	-	-	1.949	1.770
Administradores	1.005	1.553	-	-
Participação dos administradores	-	-	11.439	8.210
Total	1.005	1.553	13.388	9.980
Parcela circulante	-	310	13.388	9.980
Parcela não circulante	1.005	1.553	-	-

Consolidado	Receitas		Despesas	
	2013	2012	2013	2012
Irani Participações S/A	-	-	480	480
Companhia Com.de Imóveis	836	-	-	-
Druck, Mallmann, Oliveira & Advogados Associados	-	-	222	239
MCFD Administração de Imóveis Ltda	-	-	1.027	946
Remuneração dos administradores	-	-	8.175	6.954
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários	-	-	113	110
Ind.Papel São Roberto S.A	50.319	-	7.801	-
Pagamento baseado em ações	-	-	478	309
Participação dos administradores	-	-	7.490	2.931
Total	<u>51.155</u>	<u>-</u>	<u>25.787</u>	<u>11.969</u>

Os créditos e débitos junto às controladas Irani Trading S.A., Habitasul Florestal S.A. e Iraflor - Comercio de Madeiras Ltda. são decorrentes de operações comerciais e de aquisição de matéria-prima e fornecimento de produtos. As operações são realizadas com condições e valores condizentes com os respectivos mercados. Os valores de contas a receber pela controladora das controladas Irani Trading S.A. e Habitasul Florestal S.A. são referentes aos dividendos do exercício de 2013.

A Irani Trading S.A. é atualmente proprietária de Imóvel Industrial localizado em Vargem Bonita (SC), o qual está locado para a Celulose Irani S.A., nos termos do Contrato de Locação firmado entre as partes em 20 de outubro de 2009, e aditado em 03 de agosto de 2010. O referido contrato tem prazo de 64 meses da emissão do termo de início da locação que se deu em 01 de janeiro de 2010. O valor locatício é de R\$ 1.364 mensais fixos.

A Companhia emitiu em 19 de agosto de 2010 debêntures simples, as quais foram adquiridas pela controlada Irani Trading S.A. e são atualizadas pelo IPCA mais 6% ao ano com vencimento descrito na nota explicativa nº16.

A Companhia transferiu para a Iraflor nos exercícios de 2011, 2012 e 2013, R\$ 54.086 em florestas plantadas para integralização de capital. Em 16 de junho de 2011, a controlada Iraflor emitiu Cédulas de Produtor (CPR) com vencimento final em junho de 2018 e que representam os direitos da Companhia de receber madeira neste período. Tendo os direitos creditórios oriundos dos CPRs, a Companhia emitiu em 20 de junho de 2011, Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, em favor do Banco Itaú BBA S.A e do Banco Rabobank International Brasil S.A.

O crédito a receber de Administradores é decorrente de empréstimo concedido pela Companhia a seus Administradores que serão liquidados até o ano de 2015.

O débito junto a HGE Geração de Energia Sustentável Ltda., é decorrente de valor a integralizar de capital social referente alteração contratual com aumento de capital a ser integralizado até final do ano de 2014.

O débito junto a Irani Participações é decorrente de prestação de serviços tomados pela Companhia.

O débito junto a Habitasul Desenvolvidores Imobiliários é decorrente de aluguel da unidade administrativa de Porto Alegre firmado em 01 de dezembro de 2008 com vigência por prazo indeterminado.

O débito junto a MCFD Administração de Imóveis Ltda corresponde a 50% do valor mensal de aluguel da Unidade Embalagem em Indaiatuba-SP, firmado em 26 de dezembro de 2006 e sua vigência é de 20 anos prorrogáveis. O valor mensal pago à parte relacionada é de R\$ 94, sendo que o valor total mensal contratado atual é de R\$ 188 reajustados anualmente, de acordo com a mesma variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, medido pela Fundação Getúlio Vargas.

Os débitos junto a Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A., são representados por operações previstas no contrato de arrendamento de ativos e outras avenças (“Contrato de Arrendamento”), por meio do qual a São Roberto arrendou, para a Companhia, a planta industrial de produção de papel de sua propriedade situada na cidade de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais, e corresponde: i) a uma parcela do valor mensal do arrendamento de R\$ 450 mil, ii) a compra por parte da Companhia dos estoques de materiais para produção na data de início do contrato, o contrato de arrendamento iniciou em 01 de março de 2013 e tem duração de 6 anos, podendo ser renovado, e é reajustado anualmente pelo IPCA, e iii) compras por parte da Companhia de matéria-prima e acessórios para caixas de papelão ondulado.

Os créditos junto a Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A., decorrem: i) da venda de papel para embalagens pela Companhia e, ii) do contrato de reestruturação operacional e implantação de novo modelo de gestão (“Contrato de Reestruturação”), por meio do qual a Companhia presta, à São Roberto, serviços de reestruturação e reorganização estratégica, mercadológica, operacional e econômico-financeira, visando à implantação de um novo modelo de gestão e governança da São Roberto. O contrato de reestruturação terá prazo de um ano, podendo ser renovado.

Os créditos junto a Companhia Comercial de Imóveis (“CCI”), decorrem da análise estratégica, operacional, contábil e financeira prestada pela Companhia conforme Acordo de Reembolso de despesas, inerentes ao processo de aquisição das ações da Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A. pela CCI.

Os débitos decorrentes da remuneração dos administradores referem-se aos honorários e a remuneração variável de longo prazo da diretoria.

As despesas com honorários da Administração, sem encargos sociais, totalizaram R\$ 8.175 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 6.954 em 31 de dezembro de 2012). A remuneração global dos administradores foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2013 no valor máximo de R\$ 10.000.

20. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de naturezas tributária, cível e trabalhista e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada pela opinião de seus advogados e consultores legais, a Administração acredita que o saldo da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários é suficiente para cobrir perdas prováveis.

Abertura do saldo da provisão:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Provisão cíveis	1.318	977	1.326	985
Provisão trabalhistas	630	598	5.566	892
Provisão tributárias	31.960	36.160	37.186	36.160
Total	33.908	37.735	44.078	38.037
Depósitos Judiciais	628	574	1.122	632

Controladora	31.12.12	Provisão	Pagamentos	Reversão	31.12.13
Cível	977	357	-	(16)	1.318
Trabalhista	598	133	(46)	(55)	630
Tributária	36.160	1.812	-	(6.012)	31.960
	37.735	2.302	(46)	(6.083)	33.908

Consolidado	31.12.12	Aporte controlada	Provisão	Pagamentos	Reversão	31.12.13
Cível	985	-	357	-	(16)	1.326
Trabalhista	892	5.071	136	(63)	(470)	5.566
Tributária	36.160	5.226	1.812	-	(6.012)	37.186
	38.037	10.297	2.305	(63)	(6.498)	44.078

As provisões constituídas referem-se principalmente a:

- Os processos cíveis relacionam-se, entre outras questões, a pedidos indenizatórios de rescisões contratuais de Representação Comercial. Em 31 de dezembro de 2013, havia R\$ 1.326 provisionado para fazer frente às eventuais condenações nesses processos. Esses processos têm depósitos judiciais de R\$ 263, classificados no Ativo não Circulante.
- Os processos trabalhistas relacionam-se, entre outras questões, a reclamações formalizadas por ex-funcionários pleiteando pagamento de horas-extras, adicionais de insalubridade, periculosidade, enfermidades e acidentes de trabalho. Com base

em experiência passada e na assessoria de seus advogados, a Companhia mantém provisionado R\$ 1.570 em 31 de dezembro de 2013, e acredita que seja suficiente para cobrir eventuais perdas trabalhistas. Esses processos têm depósitos judiciais de R\$ 859, classificados no Ativo não Circulante.

Também estão provisionadas ações trabalhistas de vínculo empregatício que possam ocorrer decorrentes da contratação de profissionais liberais, estimadas em R\$ 3.996, e que se faz necessário em função da combinação de negócios conforme nota explicativa nº 36.

- c) As provisões para processos tributários se referem à compensação de tributos federais referente às suas operações com créditos de IPI sobre aquisição de aparas realizados pela Companhia. O montante compensado entre os períodos de julho de 2008 a dezembro de 2011 foi de R\$ 22.857. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2013 totaliza R\$ 31.960.

Já as ações fiscais avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis foram provisionadas em função da combinação de negócios conforme nota explicativa nº 36, totalizando R\$ 5.226, e contemplam principalmente os seguintes processos:

- i) Processos Administrativo e Judicial referente a glosa de créditos de ICMS pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, no montante total de R\$ 1.363. Os processos encontram-se em tramite na esfera administrativa e judicial e aguardam julgamento.
- ii) Também são consideradas como contingências, possível cobrança em face da divergência de entendimento existente entre a Receita Federal do Brasil e a Companhia em relação ao INSS sobre o serviço de transporte de carga por cooperativas de transporte no montante de R\$ 3.615.

Contingências

Para as contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis não foram constituídas provisões contábeis. Em 31 de dezembro de 2013, o montante dessas contingências possíveis de naturezas trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias é composto como segue:

	Consolidado	
	31.12.13	31.12.12
Contingências trabalhistas	14.862	14.280
Contingências cíveis	2.612	2.650
Contingências ambientais	875	1.000
Contingências tributárias	71.413	73.025
	<u>89.762</u>	<u>90.955</u>

Contingências trabalhistas:

As ações trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 14.862 e contemplam principalmente causas de indenização (periculosidade, insalubridade, horas extras, adicionais, danos materiais decorrentes de acidente de trabalho). Se encontram em diversas fases processuais de andamento e são entendidas pela Administração com boas chances de êxito.

Contingências cíveis:

As ações cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 2.612 e contemplam principalmente ações de indenizações que se encontram em diversas fases processuais de andamento e são entendidas pela Administração com boas chances de êxito.

Contingências ambientais:

Refere-se à Ação Civil Pública, objetivando a recuperação da área degradada, que foi julgada parcialmente procedente. Como foi constatado que toda área foi recuperada o processo se encontra em fase de acordo de indenização entre a Companhia e o Ministério Público em valores bem inferiores ao informado na tabela acima.

Contingências tributárias:

As ações tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 71.413 e contemplam principalmente os seguintes processos:

- Processo Administrativo 10925.000172/2003-66 com valor em 31 de dezembro de 2013 de R\$ 10.777, referente à auto de infração de IPI originado por suposta irregularidade na compensação de crédito tributário. O processo encontra-se no Conselho de Contribuintes aguardando o julgamento do Recurso Especial protocolado pela Companhia.
- Execução Fiscal nº 2004.72.03.001555-8 do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social com valor em 31 de dezembro de 2013 de R\$ 5.146, referente à Notificação Fiscal de Lançamento de Débito que versa sobre contribuição social incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção de empresas agroindustriais. O processo encontra-se suspenso por decisão judicial, aguardando julgamento da Ação Anulatória nº 2005.71.00.002527-8.
- Processos Administrativos nº. 11080.013972/2007-12 e nº. 11080.013973/2007-67 com valor em 31 de dezembro de 2013 de R\$ 4.652, referente a Autos de Infração de PIS e COFINS oriundos de suposto crédito tributário indevido. A Companhia contesta os referidos autos administrativamente e aguarda julgamento dos respectivos Recursos Voluntários.
- Processos Administrativos referentes a notificações fiscais do Estado de Santa Catarina, oriundos de suposto crédito tributário indevido por creditamento de ICMS na aquisição de materiais utilizados no processo produtivo das unidades Industriais instaladas neste Estado, com valor em 31 de dezembro de 2013 de

R\$ 31.117. A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.

- Processos administrativos de nºs 11080.009902/2006-89, 11080.009904/2006-88 e 11080.009905/2006-12, referente compensações de tributos federais com Crédito Presumido de IPI sobre exportações, supostamente calculados indevidamente, com valores atualizados em 31 de dezembro de 2013 de R\$ 9.200. A Companhia discute administrativamente estas notificações e aguarda o julgamento dos recursos interpostos junto ao Conselho de Contribuintes.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social, em 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 116.895 (R\$ 103.976 em 31 de dezembro de 2012), composto por 166.720.235 ações sem valor nominal, sendo 153.909.975 ações ordinárias e 12.810.260 ações preferenciais. As ações preferenciais possuem direito a dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias, e têm prioridade de reembolso do capital, sem prêmio, pelo valor patrimonial em caso de liquidação da Companhia e possuem também direito de *Tag Along* de 100%. A Companhia poderá emitir ações preferenciais, sem valor nominal e sem direito a voto, até o limite de 2/3 do número das ações representativas do capital social, bem como aumentar as espécies ou classes existentes sem guardar proporção entre si.

O aumento de capital se deu através de Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 16 de outubro de 2013, que aprovou o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 12.919, com a emissão de 4.630.235 ações ordinárias pelo preço de emissão de R\$ 2,79 por ação, calculado com base no valor patrimonial da ação em 30 de junho de 2013. O aumento de capital foi totalmente integralizado pela acionista Irani Participações S.A., em bens, mais especificamente mediante a contribuição de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Wave Participações S.A. (“Wave”), sociedade localizada em Porto Alegre - RS, que tem por objeto a participação em outras empresas.

b) Ações em tesouraria

		Controladora		Controladora	
		31.12.13		31.12.12	
		Quant.	Valor	Quant.	Valor
i) Adquirido de ex-Diretores	Ordinárias	-	-	92.040	48
ii) Plano de recompra	Ordinárias	24.000	30	1.246.000	1.610
	Preferenciais	-	-	274.000	380
iii) Direito de recesso	Preferenciais	2.352.100	6.804	2.352.100	6.804
		<u>2.376.100</u>	<u>6.834</u>	<u>3.964.140</u>	<u>8.842</u>

i) Adquirido de ex-Diretores: são ações adquiridas pela Companhia de ex-Diretores que se desligaram em períodos anteriores, conforme determinava o plano de opção de ações então existente.

ii) Plano de recompra: teve por objetivo maximizar o valor das ações para os acionistas, e teve como prazo para realização da operação 365 dias, até 23 de novembro de 2011.

iii) Direito de recesso: as ações adquiridas foram objeto de alterações de vantagens atribuídas às ações preferenciais da Companhia deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 19 de abril de 2012. Os acionistas titulares das ações preferenciais dissidentes tiveram direito de retirarem-se da Companhia mediante reembolso do valor das ações com base no valor patrimonial constante do balanço de 31 de dezembro de 2011.

A Administração da Companhia oportunamente proporá a destinação das ações em tesouraria ou o seu cancelamento.

c) Lucro do exercício

Em conformidade com o Art.202 da Lei 6.404/1976 os acionistas possuem direito de dividendos mínimos e obrigatórios. No caso da Companhia está previsto no estatuto que os dividendos mínimos serão de 25% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos acumulados e a destinação da reserva legal. O montante de dividendos creditados em 2013, referente ao resultado do ano de 2013, foi de R\$ 19.516.

O cálculo dos dividendos e o saldo de dividendos a pagar estão assim compostos:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	67.408	26.381
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	439	789
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos (controladas)	4.342	4.126
Realização - custo atribuído	8.310	7.864
Realização - custo atribuído (controladas)	933	1.313
(-) Reserva legal	(3.370)	(1.319)
Lucro base para distribuição de dividendos	78.062	39.154
Dividendo mínimo obrigatório	19.516	9.789
Dividendo mínimo obrigatório a pagar	19.516	9.789
Total de dividendos por ação ordinária (R\$ por ação)	0,118749	0,061900
Total de dividendos por ação preferencial (R\$ por ação)	0,118749	0,061900

A Companhia adiciona ao lucro base para distribuição de dividendos, as realizações da reserva de ativos biológicos e da reserva de ajustes de avaliação patrimonial.

Em 31 de janeiro de 2014 o Conselho de Administração aprovou, nos termos do artigo 29, parágrafo único do Estatuto Social, o pagamento de dividendos intermediários com base no balanço levantado em 30 de setembro de 2013, no montante total de R\$ 17.000 conforme descrito na nota explicativa nº 37.

d) Reservas de lucros

As Reservas de lucros estão compostas por: reserva legal, reserva de ativos biológicos e reserva de retenção de lucros.

Em conformidade com o Estatuto da Companhia a Reserva legal se constitui pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício e poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumento de capital.

A Reserva de ativos biológicos foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos biológicos a valor justo no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. A criação desta reserva estatutária foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de fevereiro de 2012, quando ocorreu a transferência do montante reconhecido anteriormente em reserva de lucros a realizar.

A Reserva de retenção de lucros está composta pelo saldo de lucros remanescentes após a compensação dos prejuízos e a constituição da reserva legal, bem como diminuído da parcela de dividendos distribuídos. Esses recursos serão destinados a investimentos em ativo imobilizado previamente aprovados pelo Conselho de Administração ou poderão, futuramente, serem deliberados para distribuição pela assembleia geral. Alguns contratos com credores contêm cláusulas restritivas para distribuição de dividendos superiores ao mínimo legal.

Em 24 de janeiro de 2013, o Conselho de Administração da Companhia deliberou a distribuição de dividendos intermediários à conta de Reserva de lucros no montante de R\$ 14.267, correspondente a R\$ 0,090223 por ação ordinária e preferencial. A deliberação foi realizada nos termos do Artigo nº 29, parágrafo único, do Estatuto Social. A Companhia obteve junto aos credores as autorizações necessárias para esta distribuição. A distribuição dos dividendos intermediários foi ratificada através da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 29 de abril de 2013.

Na data base destas demonstrações financeiras, as reservas de lucro superam o valor do Capital Social em R\$ 34.385, portanto, a Assembleia Geral que deliberará sobre estas demonstrações financeiras deverá também deliberar sobre a proposta da Administração para aumento de capital com a incorporação de parte destas reservas, até o montante que atenda referido dispositivo legal.

e) Ajustes de avaliação patrimonial

Foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos imobilizados (terras, maquinários e edificações) ao custo atribuído no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. Sua realização se dará pela depreciação do respectivo valor de custo atribuído, quando também será oferecida a base de dividendos, o saldo líquido dos impostos em 31 de dezembro de 2013 corresponde a um ganho de R\$ 236.016, (R\$ 249.370 em 31 de dezembro de 2012).

Também estão registrados os valores dos instrumentos financeiros designados como hedge de fluxo de caixa líquidos dos efeitos tributários, o saldo líquido dos impostos em 31 de dezembro de 2013 corresponde a uma perda de R\$ 16.922, (R\$ 6.129 em 31 de dezembro de 2012).

As movimentações dos ajustes de avaliação patrimonial estão demonstradas no quadro abaixo:

	<u>Consolidado</u>
Em 31 de dezembro de 2011	258.547
<i>Hedge</i> fluxo de caixa	(6.129)
Realização - custo atribuído	(7.864)
Realização - custo atribuído (controladas)	(1.313)
Em 31 de dezembro de 2012	<u>243.241</u>
<i>Hedge</i> fluxo de caixa	(10.793)
Realização - custo atribuído	(8.311)
Realização - custo atribuído (controladas)	(932)
Ajuste de avaliação patrimonial São Roberto	(4.111)
Em 31 de dezembro de 2013	<u>219.094</u>

22. LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído é calculado pela divisão do lucro das operações continuadas e descontinuadas atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis durante o período. A Companhia não possui efeitos de ações potenciais como dívidas conversíveis em ações, desta forma o lucro diluído é igual ao lucro básico por ação.

i) Lucro básico e diluído das operações continuadas

	2013		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	150.084.789	10.389.660	160.474.449
Lucro/Prejuízo líquido do exercício atribuível a cada espécie de ações	63.044	4.364	67.408
Lucro/Prejuízo por ação básico e diluído - R\$	0,4201	0,4201	

	2012		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	147.941.700	11.752.227	159.693.927
Lucro/Prejuízo líquido do exercício atribuível a cada espécie de ações	24.440	1.941	26.381
Lucro/Prejuízo por ação básico e diluído - R\$	0,1652	0,1652	

ii) Lucro básico e diluído das operações descontinuadas

	2012		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	147.941.700	11.752.227	159.693.927
Lucro/Prejuízo líquido do exercício atribuível a cada espécie de ações	4.203	334	4.537
Lucro/Prejuízo por ação básico e diluído - R\$	0,0284	0,0284	

23. PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AQUISIÇÃO DE AÇÕES

A Celulose Irani opera um programa de remuneração com base em ações, liquidado com ações, segundo o que a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas. As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

Primeiro programa do plano de outorga de opções de ações (Programa I)

As opções de compra de ações foram concedidas aos administradores e a alguns empregados conforme decisão do Conselho de Administração em 09 de maio de 2012 e foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 25 de maio de 2012. O preço de exercício das opções concedidas foi de R\$ 1,26 (um real vinte e seis centavos) por ação ordinária ou preferencial. As opções tiveram um período de carência (vesting) até 31 de dezembro de 2013. As opções foram exercidas no período entre 1 de abril de 2013 e 30 de abril de 2013, sendo que no exercício o empregado pagou o preço de exercício e as ações correspondentes ficaram caucionadas a favor da Companhia até 31 de dezembro de 2013. A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada (*constructive obligation*) de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

A quantidade de opções e seus respectivos preços de exercício está demonstrada a seguir:

	Preço médio de exercício por ação - reais	Quantidade de opções
Concedidas em maio de 2012 e exercidas em abril de 2013	1,26	1.588.040
Concedidas em maio de 2012 e não exercidas em abril de 2013	1,26	24.000
Em 31 de dezembro de 2013	1,26	1.612.040

O valor justo médio ponderado das opções concedidas durante o período, determinado com base no modelo de avaliação *Black n' Scholes*, era de R\$ 0,60 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo foram:

Ações Preferenciais - preço médio ponderado da ação de R\$ 1,45 na data da concessão, preço do exercício apresentado acima de R\$ 1,26, volatilidade de 145,80 %, rendimento de dividendos de 7,46 %, uma vida esperada da opção correspondente a 1,5 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 8,52 %.

Ações Ordinárias - preço médio ponderado da ação de R\$ 1,44 na data da concessão, preço do exercício apresentado acima de R\$ 1,26, volatilidade de 73,95 %, rendimento de dividendos de 6,59 %, uma vida esperada da opção correspondente a 1,5 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 8,52 %.

A volatilidade foi mensurada pelo uso do desvio padrão anualizado ajustado (denominado *EWMA*) da variação diária das ações da Celulose Irani, considerando janela temporal próxima de 1,5 anos, período de carência do programa de remuneração com base em ações.

24. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receita bruta de vendas de produtos	746.885	599.014	783.003	621.536
Impostos sobre as vendas	(164.905)	(133.131)	(171.669)	(134.647)
Devoluções de vendas	(6.615)	(3.440)	(7.093)	(3.440)
Receita líquida de vendas	<u>575.365</u>	<u>462.443</u>	<u>604.241</u>	<u>483.449</u>

25. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A composição das despesas por natureza está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Custos fixos e variáveis (matérias primas e materias de consumo)	(355.840)	(267.507)	(331.728)	(247.468)
Gastos com pessoal	(74.678)	(68.163)	(83.233)	(71.873)
Variação valor justo ativos biológicos	(3.959)	32.005	20.107	36.767
Depreciação, amortização e exaustão	(32.341)	(40.474)	(55.800)	(60.028)
Frete de vendas	(25.744)	(21.716)	(27.520)	(23.451)
Contratação de serviços	(18.082)	(15.921)	(20.110)	(16.465)
Despesas de vendas	(24.582)	(21.700)	(25.259)	(19.447)
	<u>(535.226)</u>	<u>(403.476)</u>	<u>(523.543)</u>	<u>(401.965)</u>
<u>Outras despesas líquidas</u>				
Custo da venda de ativos	(601)	235	(5.119)	(314)
Programa de recuperação fiscal (REFIS)	-	-	33.432	-
Venda de ativo permanente	1.045	-	1.327	-
Outras receitas/despesas	(1.538)	(3.858)	(1.301)	(5.924)
	<u>(1.094)</u>	<u>(3.623)</u>	<u>28.339</u>	<u>(6.238)</u>
Total custos e despesas por natureza	<u>(536.320)</u>	<u>(407.099)</u>	<u>(495.204)</u>	<u>(408.203)</u>
Parcela do custo	(434.769)	(318.270)	(417.985)	(315.484)
Parcela da despesa	(100.457)	(85.206)	(105.558)	(86.481)

26. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Receitas	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receita de bens alienados	1.045	235	1.327	235
Reduções parcelamento (REFIS)	-	-	33.432	-
Outras receitas operacionais	2.532	2.228	3.247	2.717
	<u>3.577</u>	<u>2.463</u>	<u>38.006</u>	<u>2.952</u>

Despesas	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Custo dos bens sinistrados e alienados	(601)	(473)	(5.119)	(1.022)
Outras despesas operacionais	(3.487)	(5.236)	(3.965)	(7.791)
Pagamento baseado em ações	(583)	(377)	(583)	(377)
	<u>(4.671)</u>	<u>(6.086)</u>	<u>(9.667)</u>	<u>(9.190)</u>
Total	(1.094)	(3.623)	28.339	(6.238)

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da taxa efetiva dos impostos:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro operacional antes dos efeitos tributários	67.004	22.724	56.109	24.895
Alíquota básica	34%	34%	34%	34%
Crédito (débito) tributário à alíquota básica	(22.781)	(7.726)	(19.077)	(8.464)
Efeito fiscal de (adições) exclusões:				
Equivalência patrimonial	27.019	6.856	-	-
Controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	10.747	7.999
Ativos biológico	-	-	-	-
Outras diferenças	(3.635)	119	1.854	(2.456)
Ajuste a valor presente (REFIS)	-	-	4.121	-
<i>Impairment</i> de ativo imobilizado	-	-	(1.561)	-
Programa de recuperação fiscal (REFIS)	-	-	15.416	-
Pagamento baseado em ações	(199)	(128)	(199)	(128)
	<u>404</u>	<u>(879)</u>	<u>11.301</u>	<u>(3.049)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(472)	-	(1.284)	(997)
Imposto de renda e contribuição social diferido	876	(879)	12.585	(2.052)

28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	5.579	5.473	5.841	5.646
Juros	1.910	1.151	5.488	1.134
Descontos obtidos	500	293	504	301
	<u>7.989</u>	<u>6.917</u>	<u>11.833</u>	<u>7.081</u>
Variação cambial				
Variação cambial ativa	7.858	12.258	7.858	12.258
Variação cambial ativa - derivativos a valor justo	-	199	-	199
Variação cambial passiva	(9.495)	(17.348)	(9.495)	(17.358)
Variação cambial passiva - derivativos a valor justo	-	(486)	-	(486)
Variação cambial líquida	<u>(1.637)</u>	<u>(5.377)</u>	<u>(1.637)</u>	<u>(5.387)</u>
Despesas financeiras				
Juros	(56.657)	(52.769)	(61.824)	(51.008)
Descontos concedidos	(308)	(79)	(310)	(83)
Deságios/despesas bancárias	(151)	(240)	(164)	(255)
Outros	(746)	(642)	(826)	(699)
	<u>(57.862)</u>	<u>(53.730)</u>	<u>(63.124)</u>	<u>(52.045)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(51.510)</u>	<u>(52.190)</u>	<u>(52.928)</u>	<u>(50.351)</u>

29. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia mantinha contratado seguro empresarial com coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos e vendaval para fábricas, usinas, vila residencial e escritórios, e também coberturas de responsabilidade civil geral, responsabilidade de D&O, em montante total de R\$ 488.145. Também estão contratados seguros de vida em grupo para os colaboradores com cobertura mínima de 10 vezes o salário do colaborador ou no máximo de R\$ 500, além de seguro de frota de veículos com cobertura a valor de mercado.

Em relação às florestas, a Companhia avaliou os riscos existentes e concluiu pela não contratação de seguros, face às medidas preventivas adotadas contra incêndio e outros riscos florestais que têm se mostrado eficientes. A Administração avalia que o gerenciamento dos riscos relacionados às atividades florestais é adequado para a continuidade operacional da atividade na Companhia.

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão do risco de capital

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (captações detalhadas nas notas explicativas nº 15 e nº 16, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos e dos investimentos mantidos até o vencimento) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 21).

A Companhia não está sujeita a qualquer requerimento externo sobre o capital.

A Administração da Companhia revisa periodicamente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, são considerados o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital. A Companhia tem como meta manter uma estrutura de capital de 50% a 70% de capital próprio e 50% a 30% capital de terceiros. A estrutura de capital em 31 de dezembro de 2013 foi de 50% capital próprio e 50% capital de terceiros, em função da consolidação do endividamento da controlada São Roberto S.A. em outubro de 2013.

Índice de endividamento

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Dívida (a)	539.182	450.100	633.486	408.230
Caixa e saldos de bancos	122.300	95.051	135.005	96.922
Investimentos mantidos até o vencimento	1.161	931	2.730	931
Dívida Líquida	415.721	354.118	495.751	310.377
Patrimônio Líquido (b)	488.229	453.999	488.241	454.005
Índice de endividamento líquido	0,85	0,78	1,02	0,68

(a) A dívida é definida como captações de curto e longo prazos incluindo as debêntures, conforme detalhado nas notas explicativas nº 15 e nº 16.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Investimentos mantidos até o vencimento	1.161	931	2.730	931
Bancos conta vinculada	1.161	931	2.730	931
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e saldos de bancos	122.300	95.051	135.005	96.922
Conta a receber de clientes	127.967	93.785	129.970	96.781
Outras contas a receber	6.475	9.200	6.713	9.245
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Captações (empréstimos e financiamentos)	399.949	279.362	470.560	288.226
Debêntures	139.233	170.738	162.926	120.004
Fornecedores	121.325	60.155	90.575	43.747

Fatores de risco financeiro

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Tendo como objetivo estabelecer regras para a gestão financeira a Companhia mantém em vigor desde 2010, a Política de Gestão Financeira, a qual normatiza e estabelece diretrizes para a utilização dos instrumentos financeiros.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos financeiros. A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos pela Companhia tem como objetivo minimizar riscos financeiros inerentes as suas operações, bem como garantir a eficiência na gestão dos seus ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros derivativos em vigência foram contratados com o objetivo de proteger as obrigações decorrentes de captações tomados em moeda estrangeira ou as exportações da Companhia e foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Risco de exposição cambial

A Companhia mantém operações no mercado externo expostas às mudanças nas cotações de moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, essas operações apresentam exposição passiva líquida conforme o quadro abaixo.

A exposição cambial total líquida em moeda estrangeira é equivalente a 25 meses das exportações tomando como base a média das exportações realizadas no ano 2012, e 20 meses das exportações tomando como base a média das exportações realizadas no ano de 2013. Como o maior valor das captações em moeda estrangeira tem sua exigibilidade no longo prazo, a Companhia entende que gerará fluxo de caixa em moeda estrangeira suficiente para quitação de seu passivo de longo prazo em moeda estrangeira.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Contas a receber	9.200	8.417	9.229	8.447
Créditos de carbono a receber	-	4.378	-	4.378
Bancos conta vinculada	1.161	931	1.161	931
Adiantamento de clientes	(144)	(199)	(144)	(199)
Fornecedores	(501)	(81)	(548)	(81)
Captações (empréstimos e financiamentos)	(164.199)	(131.309)	(164.199)	(131.309)
Exposição líquida	(154.483)	(117.863)	(154.501)	(117.833)

A Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros. Com isso, desenvolvemos uma análise de sensibilidade, conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, além de um cenário base. Estes cenários poderão gerar impactos no resultado e no patrimônio líquido, conforme descrito abaixo:

1 – Cenário base: manutenção da taxa de câmbio, em níveis próximos aos vigentes no período de elaboração destas demonstrações.

2 – Cenário adverso: deterioração de 25% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2013.

3 – Cenário Remoto: deterioração de 50% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2013.

Operação	Saldo 31.12.13 U\$\$	Cenário base Ganho (perda)		Cenário adverso Ganho (perda)		Cenário remoto Ganho (perda)	
		Taxa	R\$	Taxa	R\$	Taxa	R\$
Ativos							
Contas a receber	5.105	2,44	482	3,05	3.592	3,66	6.703
Passivos							
Contas a pagar	(295)	2,44	(28)	3,05	(208)	3,66	(387)
Captações (empréstimos e financiamentos)	(64.983)	2,44	(6.134)	3,05	(45.725)	3,66	(85.323)
Efeito líquido			(5.680)		(42.341)		(79.007)

Esta análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado de câmbio sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Cabe lembrar que foram utilizados os saldos constantes em 31 de dezembro de 2013 como base para projeção de saldo futuro. O efetivo comportamento dos saldos de dívida e dos instrumentos derivativos respeitará seus respectivos contratos, assim como os saldos de contas a receber e a pagar poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises. A Companhia procura manter as suas operações de captações, e de instrumentos derivativos expostos à variação cambial, com pagamentos líquidos anuais equivalentes aos recebimentos provenientes das suas exportações. Desta forma a Companhia busca proteger seu fluxo

de caixa das variações do câmbio, e os efeitos dos cenários acima, se realizados, não deverão gerar impactos relevantes no seu resultado.

Risco de Taxas de juros

A Companhia pode ser impactada por alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição ao risco de taxas de juros se refere, principalmente, à mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDES), CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários), SELIC, EURIBOR (Euro Interbank Offered Rate), LIBOR (London Interbank Offered Rate) ou IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo).

A análise de sensibilidade calculada para o cenário base, cenário adverso e cenário remoto, sobre os contratos de captações que tem base de juros indexados está representada conforme abaixo:

1 – Cenário base: manutenção das taxas de juros, em níveis próximos aos vigentes no período de elaboração destas demonstrações.

2 – Cenário adverso: correção de 25% das taxas de juros em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2013.

3 – Cenário Remoto: correção de 50% das taxas de juros em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2013.

Operação	Indexador	Saldo 31.12.13	Cenário base Ganho (Perda)		Cenário adverso Ganho (Perda)		Cenário remoto Ganho (Perda)	
			Taxa % a.a	R\$	Taxa % a.a	R\$	Taxa % a.a	R\$
Caixa e equivalentes de caixa								
CDB	CDI	131.221	10,27%	667	12,84%	4.090	15,41%	7.513
Captações								
Capital de Giro	CDI	85.593	10,27%	(477)	12,84%	(2.927)	15,41%	(5.377)
Debêntures	CDI	168.435	10,27%	(842)	12,84%	(5.167)	15,41%	(9.491)
BNDES	TJLP	63.937	5,00%	-	6,25%	(799)	7,50%	(1.598)
Capital de Giro	IPCA	72.097	5,91%	-	7,39%	(1.065)	8,87%	(2.130)
Financiamento Moeda Estrangeira	Libor	22.844	34,00%	7	0,42%	(12)	0,50%	(31)
Efeito Líquido no Resultado		544.127		(645)		(5.880)		(11.114)

Valor justo versus valor contábil

O valor justo dos ativos e passivos financeiros representa o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma negociação forçada. Utilizamos os métodos e premissas listados abaixo para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar de curto prazo estão representados no balanço da Companhia com seus valores justos devido a seus prazos curtos de liquidação.

- Captações estão representadas a seus valores justos devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis.

	Controladora		Controladora	
	31.12.13		31.12.12	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos mensurados pelo valor justo	-	-	-	-
	-	-	-	-
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Bancos conta vinculada	1.161	1.161	931	931
Caixa e saldos de bancos	122.300	122.300	95.051	95.051
Contas a receber de clientes	127.967	127.967	93.785	93.785
Outras contas a receber	6.475	6.475	9.200	9.200
	257.903	257.903	198.967	198.967
Passivos mensurados pelo valor justo	-	-	-	-
	-	-	-	-
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	121.325	121.325	60.155	60.155
Captações (empréstimos e financiamentos)	399.949	399.949	279.362	279.362
Debêntures	139.233	139.233	170.738	170.738
	660.507	660.507	510.255	510.255
	Consolidado		Consolidado	
	31.12.13		31.12.12	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos mensurados pelo valor justo	-	-	-	-
	-	-	-	-
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Bancos conta vinculada	2.730	2.730	931	931
Caixa e saldos de bancos	135.005	135.005	96.922	96.922
Contas a receber de clientes	129.970	129.970	96.781	96.781
Outras contas a receber	6.713	6.713	9.245	9.245
	274.418	274.418	203.879	203.879
Passivos mensurados pelo valor justo	-	-	-	-
	-	-	-	-
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	90.575	90.575	43.747	43.747
Captações (empréstimos e financiamentos)	470.560	470.560	288.226	288.226
Debêntures	162.926	162.926	120.004	120.004
	724.061	724.061	451.977	451.977

Riscos de crédito

As vendas financiadas da Companhia são administradas através de política de qualificação e concessão de crédito. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes.

As contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes de diferentes setores e áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber e, quando apropriado, uma cobertura de garantia de crédito é solicitada.

Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de crédito com relação às aplicações financeiras que compõe o grupo Caixa e Equivalentes de Caixa. As mesmas são planejadas para atender as demandas de fluxo de caixa da Companhia, e a Administração assegura-se de que as aplicações sejam realizadas em instituições financeiras de relacionamento estável, através da aplicação da política financeira que determina a alocação do caixa, sem limitações, em:

- i) Títulos públicos de emissão e/ou co-obrigação do Tesouro Nacional;
- ii) CDBs nos bancos de relacionamento estável da Companhia;
- iii) Debêntures de emissão dos bancos de relacionamento estável da Companhia;
- iv) Fundos de investimento de renda fixa de perfil conservador.

É vedada a aplicação de recursos em renda variável.

Risco de liquidez

A Administração monitora o nível de liquidez considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende caixa, aplicações financeiras, fluxo de contas a receber e a pagar, e pagamento de captações. A política de gestão de liquidez envolve a projeção de fluxos de caixa nas moedas utilizadas e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros pré-fixados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2013 e os detalhes do prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos não descontados, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos. A inclusão de informação sobre ativos financeiros não derivativos é necessária para compreender a gestão do risco de liquidez da Companhia, uma vez que ela é gerenciada com base em ativos e passivos líquidos.

Controladora

	2014	2015	2016	2017	acima 2018
Passivos					
Fornecedores	121.325	-	-	-	-
Captações	105.376	89.729	151.792	57.360	13.748
Debêntures	48.130	99.959	32.534	32.495	971
Outros passivos	4.766	398	128	128	906
	<u>279.597</u>	<u>190.086</u>	<u>184.454</u>	<u>89.983</u>	<u>15.625</u>
Ativos					
Caixa e equivalentes	122.300	-	-	-	-
Bancos conta vinculada	1.161	-	-	-	-
Clientes a vencer	115.773	-	-	-	-
Renegociação de Clientes	5.472	986	638	182	28
Outros ativos	4.896	-	-	-	-
	<u>249.602</u>	<u>986</u>	<u>638</u>	<u>182</u>	<u>28</u>
	<u>(29.995)</u>	<u>(189.100)</u>	<u>(183.816)</u>	<u>(89.801)</u>	<u>(15.597)</u>

Consolidado

	2014	2015	2016	2017	acima 2018
Passivos					
Fornecedores	90.575	-	-	-	-
Empréstimos	122.650	93.750	157.108	63.437	52.010
Debêntures	58.589	52.499	32.534	32.495	33.311
Outros passivos	10.260	4.392	4.122	5.002	26.643
	<u>282.074</u>	<u>150.641</u>	<u>193.764</u>	<u>100.934</u>	<u>111.964</u>
Ativos					
Caixa e equivalentes	135.005	-	-	-	-
Bancos conta vinculada	2.730	-	-	-	-
Clientes a vencer	118.386	-	-	-	-
Renegociação de Clientes	7.186	986	638	182	28
Outros ativos	4.896	-	-	-	-
	<u>268.203</u>	<u>986</u>	<u>638</u>	<u>182</u>	<u>28</u>
	<u>(13.871)</u>	<u>(149.655)</u>	<u>(193.126)</u>	<u>(100.752)</u>	<u>(111.936)</u>

Os valores incluídos acima para instrumentos pós-fixados ativos e passivos financeiros não derivativos estão sujeitos à mudança, caso a variação nas taxas de juros pós-fixadas difira dessas estimativas apuradas no final do período do relatório.

A Companhia tem acesso a linhas de financiamento cujo valor total não utilizado no final do período do relatório é de R\$ 108.511, e que aumenta proporcionalmente na medida em que as captações forem liquidadas. A Companhia espera atender às suas

outras obrigações a partir dos fluxos de caixa operacional e dos resultados dos ativos financeiros a vencer.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações de derivativos são classificadas por estratégias de acordo com o seu objetivo. São operações contratadas com o objetivo de proteção do endividamento líquido da Companhia, de aplicações financeiras ou suas exportações e importações contra as variações de câmbio, ou para troca de taxa de juros. Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo e reconhecidos no resultado financeiro. Também são reconhecidos diretamente no resultado financeiro os instrumentos financeiros derivativos vinculado a operações de captação.

A Companhia mantém controles internos que a Administração julga suficientes para a gestão dos riscos. Mensalmente a diretoria analisa relatórios referentes ao custo financeiro da sua dívida e as informações do Fluxo de Caixa em Moeda Estrangeira que contempla os recebimentos e pagamentos da Companhia em moeda estrangeira e avalia a necessidade de contratação de alguma proteção. Os resultados alcançados por esta forma de gerenciamento têm protegido o seu fluxo de caixa das variações do câmbio.

a) Instrumentos financeiros derivativos reconhecidos a valor justo

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não tinha contratado nenhum instrumento financeiro derivativo reconhecido a valor justo.

b) Instrumentos financeiros derivativos vinculados a operações de captação (reconhecidos diretamente no resultado)

- i) Em 23 de março de 2012, a Companhia contratou operação de Swap de Fluxo de Caixa com Banco Itaú BBA, com objetivo de modificar a remuneração e riscos associados à taxa de juros da operação contratada na mesma data entre as partes em contrato de CCE – Cédula de Crédito à Exportação. O valor de referência atribuído na data de contratação é de R\$ 40.000 (equivalente a USD 21.990 mil na data da transação), diminuindo conforme ocorrem os vencimentos das parcelas semestrais previstas no contrato a ele atrelado até o seu vencimento final em março de 2017.

Essa operação de *swap* tem o objetivo de ajustar o preço da operação a ela atrelada e seus vencimentos se dão simultaneamente aos da operação original. O contrato de *swap* não é negociável separadamente. O contrato de CCE– Cédula de Crédito à Exportação passa a ser remunerado por taxa de juros fixos acrescidos da variação do dólar. Com isso o contrato de CCE não está mais exposto à variação do CDI. Considerando as características deste contrato em conjunto com o contrato de CCE, a Companhia está considerando os dois instrumentos como um único instrumento. Este contrato está incluído na análise de sensibilidade de exposição cambial exposta nesta mesma nota explicativa.

A aprovação para realizar a operação foi dada pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de março de 2012.

Hedge de fluxo de caixa

A Companhia adotou o *Hedge Accounting* em 01 de maio de 2012 nas operações contratados para a cobertura dos riscos de variação cambial do fluxo das exportações e foram classificados como “*hedge de fluxo de caixa*” (*Cash Flow Hedge*), segundo os parâmetros descritos nas normas contábeis brasileiras CPC 38 e 40, na orientação técnica OCPC03 e na norma internacional IAS 39.

Desta forma, a Companhia protege o risco da variação cambial dos seus fluxos de caixa futuros por meio de *hedge* de fluxo de caixa, no qual os instrumentos de *hedge* são instrumentos financeiros passivos contratados pela Companhia. Os instrumentos financeiros de *hedge* contratados pela Companhia atualmente vigentes são um contrato de PPE – Pré-Pagamento de Exportação com o Banco Credit Suisse, um contrato de CCE – Cédula de Crédito à Exportação com o Banco Itaú BBA e um contrato de PPE – Pré-Pagamento de Exportação com o Banco Santander.

Os fluxos de caixa protegidos são as exportações esperadas até 2017 e o valor represado no Patrimônio Líquido da Companhia por conta do *Hedge Accounting* em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 16.922 (R\$ 6.129 em 2012).

	Controladora e Consolidado 31.12.13	Controladora e Consolidado 31.12.12
Saldo inicial	9.286	-
Variação do <i>hedge</i> fluxo de caixa	17.558	9.474
Reclassificação para resultado	(1.204)	(188)
	<u>25.640</u>	<u>9.286</u>
Saldo inicial	(3.157)	-
Impostos sobre variação do <i>hedge</i> fluxo de caixa	(5.970)	(3.221)
Impostos sobre reclassificação para resultado	409	64
	<u>(8.718)</u>	<u>(3.157)</u>
Saldo Final	<u>16.922</u>	<u>6.129</u>

A Companhia estima a efetividade com base na metodologia *dollar offset*, na qual se compara a variação do valor justo do instrumento de *hedge* com a variação do valor justo do objeto de *hedge*, a qual deve ficar entre um intervalo de 80 a 125%.

Os saldos de variações efetivas das operações designadas como *hedge* de fluxo de caixa são reclassificadas do patrimônio líquido para resultado no período em que a variação cambial objeto do *hedge* é efetivamente realizada. Os resultados do *hedge* de

fluxo de caixa efetivos na compensação da variação das despesas protegidas são registrados em contas redutoras das despesas protegidas, reduzindo ou aumentando o resultado operacional, e os resultados não efetivos são reconhecidos como receita ou despesa financeira do período.

Não foram identificadas inefetividades no período.

A análise de sensibilidade dos instrumentos de *hedge* das operações designadas como *hedge* de fluxo de caixa, está considerada nesta mesma nota explicativa no item risco de exposição cambial juntamente com os demais instrumentos financeiros.

31. SEGMENTOS OPERACIONAIS

a) Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia segmentou a sua estrutura operacional seguindo a forma com que a Administração gerencia o negócio, e ainda, segundo os critérios de segmentação estabelecidos pelo CPC 22 (IFRS 8) – Informação por Segmento.

A Administração definiu como segmentos operacionais: embalagem P.O.; papel para embalagens; florestal RS e resinas, conforme segue abaixo descrito:

Segmento Embalagem PO: este segmento produz caixas e chapas de papelão ondulado, leves e pesadas, e conta com três unidades produtivas, uma em Vargem Bonita, SC, uma em Indaiatuba, SP, e outra em São Paulo, SP.

Segmento Papel para Embalagens: produz papéis Kraft de baixa e alta gramaturas e papéis reciclados, destinados ao mercado externo e interno, além de direcionar parte da produção para o Segmento Embalagem PO, com duas unidades produtivas, uma em Vargem Bonita, SC e outra em Santa Luzia, MG.

Segmento Florestal RS e Resinas: através deste segmento, a Companhia cultiva pinus para o próprio fomento, comercializa madeiras e, extrai a resina do pinus que serve de matéria prima para a produção de breu e terebintina.

b) Informações consolidadas dos segmentos operacionais

Consolidado 2013					
	Embalagem P.O	Papel para Embalagens	Florestal RS e Resinas	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:					
Mercado interno	324.420	188.413	14.138	556	527.527
Mercado externo	-	51.133	25.581	-	76.714
Receita de vendas para terceiros	324.420	239.546	39.719	556	604.241
Receitas entre segmentos	-	11.901	-	(11.901)	-
Vendas líquidas totais	324.420	251.447	39.719	(11.345)	604.241
Variação valor justo ativo biológico	-	5.710	14.397	-	20.107
Custo dos produtos vendidos	(263.850)	(153.042)	(28.940)	7.740	(438.092)
Lucro bruto	60.570	104.115	25.176	(3.605)	186.256
Despesas operacionais	(10.806)	(14.649)	(3.598)	(48.166)	(77.219)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	49.764	89.466	21.578	(51.771)	109.037
Resultado financeiro	(28.980)	(26.567)	150	2.469	(52.928)
Resultado operacional líquido	20.784	62.899	21.728	(49.302)	56.109
Ativo total	423.329	510.255	145.473	552.464	1.631.521
Passivo total	155.776	327.063	14.608	645.833	1.143.280
Patrimônio líquido	44	279.279	130.701	78.217	488.241
Consolidado 2012					
	Embalagem P.O	Papel para Embalagens	Florestal RS e Resinas	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:					
Mercado interno	281.639	118.375	20.920	369	421.303
Mercado externo	-	42.305	19.841	-	62.146
Receita de vendas para terceiros	281.639	160.680	40.761	369	483.449
Receitas entre segmentos	-	6.974	-	(6.974)	-
Vendas líquidas totais	281.639	167.654	40.761	(6.605)	483.449
Variação valor justo ativo biológico	-	36.951	(184)	-	36.767
Custo dos produtos vendidos	(224.106)	(100.151)	(29.993)	1.999	(352.251)
Lucro bruto	57.533	104.454	10.584	(4.606)	167.965
Despesas operacionais	(32.653)	(11.282)	(2.488)	(46.296)	(92.719)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	24.880	93.172	8.096	(50.902)	75.246
Resultado financeiro	(25.783)	(26.352)	140	1.644	(50.351)
Resultado operacional líquido	(903)	66.820	8.236	(49.258)	24.895
Ativo total	155.257	713.972	134.160	204.701	1.208.090
Passivo total	69.916	256.413	6.834	420.922	754.085
Patrimônio líquido	-	259.782	123.379	70.844	454.005

O saldo na coluna Corporativo/eliminações envolve substancialmente despesas da área de apoio corporativa, não rateada aos demais segmentos e as eliminações referem-se aos ajustes das operações entre os demais segmentos, as quais são realizadas a preços e condições usuais de mercado.

As informações referentes ao resultado financeiro foram distribuídas por segmento operacional levando-se em consideração a alocação específica de cada receita e despesa financeira ao seu segmento, e a distribuição das despesas e receitas comuns à Companhia pela NCG – Necessidade de Capital de Giro de cada segmento.

As informações de imposto de renda e contribuição social não foram divulgadas nas informações por segmento em razão da não utilização da Administração da Companhia dos referidos dados de forma segmentada.

c) Receitas líquidas de vendas

As receitas líquidas de vendas em 2013 totalizaram R\$ 604.241, (R\$ 483.449 em 2012).

A receita líquida de venda para o mercado externo em 2013 totalizou R\$ 76.714, (R\$ 62.146 em 2012), distribuída por diversos países, conforme composição abaixo:

Consolidado 2013			Consolidado 2012		
País	Rec. líquida exportação	% na receita líquida total	País	Rec. líquida exportação	% na receita líquida total
Argentina	17.019	2,80%	Argentina	12.401	2,60%
Holanda	14.036	2,30%	Holanda	11.865	2,50%
Arabia Saudita	9.331	1,50%	Arábia Saudita	9.767	2,00%
Franca	5.355	0,90%	África do Sul	4.040	0,80%
South Africa	5.225	0,90%	França	3.604	0,70%
Chile	4.109	0,70%	Paraguai	3.098	0,60%
Paraguai	3.788	0,60%	Chile	3.068	0,60%
Peru	2.328	0,40%	Peru	2.649	0,50%
Bolivia	2.078	0,30%	Espanha	1.617	0,30%
India	2.045	0,30%	Venezuela	1.526	0,30%
Portugal	2.007	0,30%	Alemanha	1.304	0,30%
Noruega	1.735	0,30%	Noruega	1.113	0,20%
Venezuela	977	0,20%	Bolívia	1.110	0,20%
Turquia	956	0,20%	Turquia	713	0,10%
Japao	937	0,20%	India	682	0,10%
Singapore	826	0,10%	Portugal	676	0,10%
Uruguai	642	0,10%	Colômbia	606	0,10%
Colombia	625	0,10%	Outros países	2.307	0,50%
Canada	576	0,10%			
Alemanha	531	0,10%			
Outros países	1.588	0,30%			
	<u>76.714</u>	<u>12,70%</u>		<u>62.146</u>	<u>12,50%</u>

As receitas líquidas de vendas da Companhia em 2013 no mercado interno totalizaram R\$ 527.527 (R\$ 421.303 em 2012).

No ano de 2013, um único cliente representava 16,1% das receitas líquidas do mercado interno no segmento Embalagem PO, equivalente a R\$ 52.232. As demais vendas da Companhia no mercado interno e externo foram pulverizadas, não havendo concentração de vendas de percentual acima de 10% para nenhum cliente.

32. OPERAÇÃO DESCONTINUADA

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 20 de dezembro de 2012, aprovou a alienação de participação societária na controlada Meu Móvel de Madeira – Comércio de Móveis e Decorações Ltda, a qual ocorreu na mesma data. O recebimento do preço de venda deverá ocorrer em parcelas anuais até o ano de 2016, corrigido monetariamente pelo IPCA e com acréscimo de 2,5% ao ano. O saldo a receber está registrado em Outros ativos, conforme nota explicativa nº 10. O resultado líquido da venda da operação descontinuada foi de R\$ 3.940.

Os resultados e o fluxo de caixa operacional da operação descontinuada estão apresentados conforme segue:

RESULTADO DE OPERAÇÃO DESCONTINUADA	2012
Receita líquida	13.641
Custo dos produtos vendidos	(6.352)
Lucro (prejuízo) bruto	7.289
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(6.345)
Receita financeira	21
Despesa financeira	(214)
Outras receitas operacionais	5.993
Outras despesas operacionais	(14)
Lucro (prejuízo) operacional antes dos efeitos tributários	6.730
Imposto de renda e contribuição social	(2.193)
Lucro (prejuízo) líquido de operação descontinuada	4.537

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2012
Lucros antes dos impostos de renda e contribuição social (LAIR)	6.730
Depreciação, amortização e exaustão	79
Variações monetárias e encargos	81
	6.890

33. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO OPERACIONAL (CONTROLADORA)

Locação de imóveis de unidades produtivas

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui três contratos de aluguel de unidades produtivas, além de outros pequenos contratos de aluguel de unidades comerciais e administrativas, todos classificados como arrendamento mercantil operacional, e alocados para despesa em cada período pelo regime de competência durante o período do arrendamento.

Os contratos de aluguel de unidades produtivas estão representados conforme segue:

- a) Contrato de locação firmado em 20 de outubro de 2009 e aditado em 03 de agosto de 2010 com a controlada Irani Trading S.A, que é proprietária de imóvel industrial localizado em Vargem Bonita, SC. O contrato tem prazo de 64 meses da emissão do termo de início que se deu em 01 de janeiro de 2010 e seu valor locatício de R\$ 1.364 mensais fixos.
- b) Contrato de locação firmado em 26 de dezembro de 2006, referente aluguel da unidade Embalagem em Indaiatuba, SP, com vigência de 20 anos e o valor mensal contratado atual de R\$ 188, reajustado anualmente pela variação do IGPM.
- c) Contrato de locação firmado em 01 de março de 2013 com a controlada Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A., referente aluguel da unidade Papel – MG em Santa Luzia, MG, com vigência de 6 anos e o valor mensal contratado atual de R\$ 450, reajustado anualmente pela variação do IPCA.

Os valores de aluguéis reconhecidos como despesas no ano de 2013 pela controladora, líquidos de impostos quando aplicáveis, são:

- Aluguéis de unidades produtivas = R\$ 22.460 (R\$ 18.456 em 31.12.12)
- Aluguéis de unidades comerciais e administrativas = R\$ 644 (R\$ 396 em 31.12.12)

Os compromissos futuros oriundos desses contratos, calculados a valor de 31 de dezembro de 2013 totalizam um montante mínimo de R\$ 114.071. Os arrendamentos foram calculados a valor presente utilizando-se o IGPM acumulado nos últimos 12 meses de 5,53% a.a.

	Até um ano	Depois de um ano até cinco anos	Depois de cinco anos	Total
Arrendamentos operacionais futuros	24.930	54.512	34.629	114.071
Arrendamentos operacionais a valor presente	23.625	46.241	20.778	90.644

Locação de área de plantio

A Companhia possui contratos de arrendamentos não canceláveis para produção de ativos biológicos em terras de terceiros, chamados de parcerias, em área total de 3.371 hectares, da qual 2.374 hectares é a área proporcional dos plantios pertencentes à mesma. Para algumas áreas há compromisso de arrendamento a ser desembolsado mensalmente conforme demonstrado abaixo.

Estes contratos possuem validade até que o total das florestas existentes nestas áreas seja colhido.

Compromissos de arrendamento operacional não canceláveis

	Até um ano	Depois de um ano até cinco anos	Depois de cinco anos	Total
Arrendamentos operacionais futuros	363	1.666	1.950	3.979
Arrendamentos operacionais a valor presente	326	1.306	1.284	2.916

34. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS no Estado de Santa Catarina, onde 60% do incremento de ICMS, calculado sobre uma base média (setembro 2006 a agosto 2007) anterior aos investimentos realizados é diferido para pagamento após 48 meses. Este benefício é calculado mensalmente e está condicionado à realização dos investimentos planejados, manutenção de empregos, além da manutenção da regularidade junto ao Estado, condições estas que estão sendo plenamente atendidas.

Sobre os valores dos incentivos, haverá incidência de encargos às taxas contratuais de 4,0% ao ano. Para fins de cálculo a valor presente deste benefício, a Companhia utilizou a taxa média do custo de captação na data-base para linhas de financiamento com características semelhantes às necessárias para os respectivos desembolsos, caso não possuísse o benefício, resultando em R\$ 2.523.

A vigência do benefício é de 14 anos, iniciado em janeiro de 2009 e com término em dezembro de 2022, ou até o limite de R\$ 55.199 de ICMS diferido. Até 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía R\$ 22.581 de ICMS diferido registrado no passivo, líquido da subvenção governamental R\$ 20.058.

35. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

A Companhia realizou transações que não afetaram o caixa, provenientes de atividades de investimento e, portanto, não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa.

Durante o exercício 2013, a Companhia efetuou a aquisição de ativo imobilizado no montante de R\$ 23.316 que foram financiadas diretamente por fornecedores, aportou capital com florestas plantadas na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda no valor de R\$ 13.251 e também recebeu aporte de capital de sua controladora Irani Participações S.A., no valor de R\$ 12.919 integralizado em ações.

Durante o exercício 2012, a Companhia efetuou a aquisição de ativo imobilizado no montante de R\$ 9.723 que foram financiadas diretamente por fornecedores e também aportou capital com prédios e instalações na controlada Irani Trading S/A, no valor de R\$ 4.563 e aportou capital com florestas plantadas na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda no valor de R\$ 3.370.

36. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Em 29 de janeiro de 2013, através de Contrato de Compra e Venda de Ações sob Condições, a Wave Participações S.A. adquiriu 10.918.904 ações nominativas, das quais 6.286.635 ordinárias e 4.632.269 preferenciais, representando 100% do capital social da Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A.

O *goodwill* no valor de R\$ 104.380 que surge da aquisição é atribuível a expectativa de rentabilidade futura e as economias de escala esperadas da combinação das operações da Companhia e controlada Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A..

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para a Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A., e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição na Wave Participações S.A.:

Contraprestação

Em 29 de janeiro de 2013

Caixa	5.000
Parcelas a pagar	2.500
Total da contraprestação	7.500

Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Caixa e equivalentes de caixa	(184)
Bancos conta vinculada	3.566
Ativo imobilizado	161.711
Investimento	54
Intangível	113
Estoques	12.656
Contas a receber de clientes e outros ativos	31.977
Fornecedores e outras contas a pagar	(26.359)
Captações	(111.950)
Obrigações e parcelamentos tributários	(115.795)
Obrigações sociais	(3.446)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(1.130)
Passivos de imposto diferido	(44.382)
Adiantamento de clientes	(5.697)
Subtotal de passivos líquidos	(98.866)
Carteira de clientes	7.081
Estoques	1.136
Marca	1.308
Mais valia terrenos	2.457
Contingências fiscais	(8.974)
IRPJ e CSLL diferido	(1.022)
Subtotal de ativos/passivos decorrentes da combinação de negócios líquidos	1.986
Total de passivos líquidos	(96.880)
<i>Goodwill</i>	104.380
	7.500

O valor justo dos estoques é de R\$ 1.136 e baseou-se no valor que se realizaria pela venda de todo o estoque na data da transação. Esse cálculo foi baseado na adição ao saldo contábil do *mark-up* de vendas, calculado por meio da relação entre os saldos da receita líquida e do custo dos produtos vendidos no período de janeiro de 2012 a janeiro de 2013.

O valor justo dos ativos intangíveis identificáveis adquiridos de R\$ 8.389 estão reconhecidos e demonstrados conforme nota explicativa nº 13.

Os passivos contingentes de R\$ 8.974 foram reconhecidos e estão apresentados conforme nota explicativa nº 20.

A realização desses ativos está assim demonstrada:

Realização dos ativos

	Consolidado
	31.12.13
Carteira de clientes	787
Estoques	1.136
IR e CSLL sobre realização de ativos	(654)
	1.269

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de janeiro de 2014 o Conselho de Administração aprovou, nos termos do artigo 29, parágrafo único do Estatuto Social, o pagamento de dividendos intermediários com base no balanço levantado em 30 de setembro de 2013, no montante total de R\$ 17.000 correspondente a R\$ 0,103441 por ação ordinária e preferencial aos acionistas detentores de ações nesta data. As ações foram negociadas ex-dividendos a partir da aprovação, e o pagamento aos acionistas será realizado em até 30 dias. Os valores de dividendos citados deverão ser diminuídos dos dividendos do exercício de 2013 que deverá ser deliberado por Assembleia Geral.